



S h a w n P a r k h u r s t *

A região na aldeia

Uma etnografia sobre
a produção local de
regionalidade, no Alto
Douro**

DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996 (1º), 119-175

* Antropólogo. Investigador do *Portugal Project*. Social & Cultural Studies, Universidade da Califórnia – Berkeley.

** Tradução de Ana Paula Montes LEAL. Publicado, em versão inglesa, no *dossier* do Encontro de Ciências Sociais *A HISTÓRIA ACOLÁ – Identidade e diferenças na vida social do Portugal do Norte*, Porto, CENPA / *Portugal Project*, Social & Cultural Studies, Univ. Califórnia – Berkeley / GEHVID, Dezembro de 1994.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO¹

As povoações locais dão uma contribuição importante para a formação dos seus contextos regionais. A região do Alto Douro, no Norte de Portugal, fornece vinho do Porto a todo o mundo, assim como condições favoráveis de pesquisa para a minha dissertação de doutoramento sobre o problema da produção localizada da região. A dissertação terá por base o trabalho de campo que desenvolvi, durante treze meses, no Alto Douro.

A minha dissertação situa-se no ponto de encontro entre a geografia e a antropologia: nas relações de espaço, cultura e economia política. Teoricamente, tento perceber como é que as relações entre formas e escalas sociais e espaciais variáveis se produzem umas às outras. À medida que as questões espaciais ocupam mais tempo na teoria social e na pesquisa empírica (Soja, 1989; Gupta and Ferguson, 1992; Gregory, 1994), unidades sócio-espaciais, anteriormente consideradas como dados adquiridos, vão sendo separadas conceptualmente – como aconteceu com o inovador esforço de Clifford (1993), na sua tentativa para dissolver a «aldeia» clássica da antropologia em correntes de viagem cosmopolita. Seja como for, estas unidades sócio-espaciais precisam de ser reagrupadas, nem que seja só porque, em muitos locais, elas ainda são reconhecidas e reproduzidas nas práticas populares. Duas destas unidades sócio-espaciais – a localidade e a região – têm a sua própria bibliografia², embora poucos tivessem tentado agrupá-las (Paasi, 1991). O meu estudo sobre as relações entre a aldeia, *Socalcos*³, e os seus contextos regionais no Alto Douro é precisamente um esforço para reagrupar teoricamente estas unidades, ao mesmo tempo que busco descobrir etnograficamente as suas ligações, na esperança de contribuir para o conhecimento da sociedade e do espaço.

O meu argumento de partida é que as localidades, em particular as aldeias, no Alto Douro, são espaços sociais colectivos que produzem a sua região, tanto quanto são produzidos por ela. Esta produção colectiva não é mecânica, nem conduzida por grupos sociais homogéneos. As diferenças locais são bem evidentes na produção de identidades colectivas locais e regionais.

O Alto Douro foi a primeira região demarcada de vinho no mundo. Durante

¹ Este texto constitui o projecto de dissertação de doutoramento do autor, a apresentar na Universidade da Califórnia – Berkeley. O autor gostaria de agradecer ao povo de *Socalcos* e *Cimo*, bem como a muitos colegas portugueses, pela simpatia com que apoiaram o seu trabalho. São tão numerosos que seria impossível nomeá-los aqui todos. Agradeço à Jean Lave e ao Paul Duguid as suas leituras críticas da versão inicial deste trabalho. Obviamente, só a mim cabe a responsabilidade de todos os erros que possa comportar. À medida que fui desenvolvendo o projecto de investigação, tive de modificar diversas posições e interpretações defendidas ao longo deste texto.

² Para o primeiro, ver DUNCAN, 1989; COOKE, 1990; JACKSON, 1991. Para o último, ver PAASI, 1986; PUDUP, 1988; LEWIS, 1991. Neste artigo, discutirei alguma da bibliografia.

³ Pseudónimo.

muito tempo, foi um sistema espacializado para a regulação da produção de uvas para vinho do Porto. Legalmente, as uvas para vinho do Porto não podem ser produzidas fora dos seus limites. O Estado português demarcou a área em 1756, de forma a garantir para si mesmo uma consistente fonte de rendimentos (Barreto, 1988; Martins, 1988), e ainda controla o mercado das uvas através da instituição corporativa semiautónoma conhecida como *Casa do Douro* e outras instituições. Existem milhares de produtores de vinho no Alto Douro⁴. Todos eles, por lei, estão ligados à Casa do Douro. Esta instituição decide, anualmente, quais e quantas uvas cada produtor pode vender, o que é feito pelos preços acordados com as empresas de vinho do Porto.

Se algum dia existiu uma região imposta por forças externas, foi certamente o Alto Douro. Assim, o Alto Douro é o « pior caso » possível para a confirmação da opinião de que as localidades não só são autónomas das imposições da Nação-Estado e do mercado internacional, como têm efectivamente um impacto produtivo – até ao próprio nível estrutural – nas suas regiões. Se as aldeias do Alto Douro provocam efeitos nos esforços para modelar, regular, certificar e extrair coisas delas, isso implica que, em regiões « impostas » menos rigidamente, a produção local de regionalidade poderia ser um processo ainda mais forte.

As ligações local-regional recomendam a utilização da etnografia, dado que esta se debruça sobre as populações na sua existência sócio-espacial global. Compreender a produção local de regionalidade requer necessariamente viver num sítio ao qual as pessoas confirmam significado como localidade. Daí a minha longa estadia numa aldeia do Alto Douro. Aqui, a produção social de comunidade numa região pode ser vista como formada, reformada, praticada e gerada nas conflituosas relações locais, envolvendo várias instituições « regionais » (como a Casa do Douro e a Igreja Católica), nas suas encarnações (sempre) locais.

Na secção seguinte, descrevo o Alto Douro como região, assim como a aldeia onde estou a fazer a pesquisa etnográfica. A minha opinião é que, sob a aparente separação da região, jaz a ligação com o exterior e que esta mesma ligação externa – com corpos administrativos estatais, por exemplo – pode reforçar a particularidade local. Presto também atenção às diferenças sociais no interior da aldeia, que são cruciais na produção do espaço regional, através de conflitos na prática e na perspectiva na e sobre a aldeia.

Na segunda secção desta proposta, passo em revista a literatura teórica sobre a região, nos domínios da geografia e da antropologia. O meu objectivo é mostrar de que maneira a abordagem geográfica da interacção social, da economia, da política, da cultura, do território e das instituições e a abordagem antropológica da cultura de classe e da cultura regional oferecem a problemática teórica para uma

⁴ 30.000 a 40.000 é o número normalmente citado. Cf., por exemplo, LIPELL e PRICE, 1992.

perspectiva que pode traçar informações adicionais a partir do trabalho etnográfico. Depois de rever a literatura teórica, desenvolvi o problema teórico com mais detalhe. O meu argumento é que, apesar de o Alto Douro ser parcialmente imposto a partir do «exterior», da mesma forma que outras regiões portuguesas, existem, no seu interior, claras relações económicas, políticas, sociais e culturais que são «regionais», no sentido em que se intersectam localmente. Além disso, dado que estas relações entram por vezes em conflito, a sua gestão criativa pelos habitantes das aldeias do Alto Douro produz uma identidade colectiva localizada e, através dessa identidade, espaço regional, instituições, território e identidade.

A terceira secção da proposta revê a literatura etnográfica existente sobre o Norte de Portugal e descreve o meu trabalho etnográfico no Alto Douro. A bibliografia é revista de forma a mostrar como as descobertas sobre emigração, conflitos culturais, identidade territorial e relações de género variáveis ajudam a transpor o problema teórico para o contexto do Norte de Portugal. Descrevo o meu trabalho etnográfico para tornar clara a base empírica usada para o projecto da dissertação.

A quarta secção pormenoriza os meus percursos etnográficos relativamente ao problema da produção local de regionalidade. Analiso as relações entre espaço colectivo e identidade colectiva na aldeia de *Socalcos* para demonstrar que o que merece ser estudado é a forma como a heterogeneidade social se relaciona com a colectividade, dentro do espaço da aldeia e nos seus contextos mais alargados. As relações entre género e classe produzem diferencialmente a colectividade da povoação e a identidade do Alto Douro. As próprias diferenciações de género e classe parecem ser mediadas por diferentes mecanismos daquilo a que eu chamo instituições regionais, produzindo o lugar das pessoas na aldeia e o lugar da aldeia no Alto Douro. Argumento, além disso, que os produtos, os hábitos de consumo e de viagem, em conjunto, ajudam a criar *Socalcos* e o Alto Douro. Finalmente, dou uma ideia sobre a maneira como as relações conflituais entre *Socalcos* e *Cimo* (uma aldeia próxima) ajudam a formar a identidade espacial colectiva de *Socalcos* e como os processos interaldeias modelam, num âmbito mais geral, o Alto Douro.

Em suma, traço um plano geral da minha dissertação, configurando-a através do trabalho de campo.

1.1. O contexto: um «close up» do Alto Douro

1.1.1. Introdução

O tamanho de Portugal não diminui a sua diversidade geográfica. O país é, simplificando, dividido nas regiões Norte e Sul⁵. O Sul é mais «desenvolvido». O

⁵ Ao usar aqui o termo região, sigo uma prática estabelecida. Decidi usar este termo de forma a sublinhar o seu carácter altamente dependente do contexto.

Norte é considerado uma região de pequena produção agrícola «camponesa». Por sua vez, Norte e Sul são formados por diferentes regiões. O Norte tem cinco regiões, incluindo o Alto Douro. No Noroeste, estendendo-se desde a costa, fica o Minho, com um clima húmido e temperado, produção policultural e denso povoamento. Mais a Sul, e também ao longo da costa, é a Beira Litoral, mais industrializada que o Minho. A Leste do Minho fica Trás-os-Montes, que é interior, com propriedades mais extensas, embora de menor produtividade que o Minho, em parte devido ao seu clima mais agreste. Em Trás-os-Montes, os cereais são o produto principal e o desenvolvimento industrial é o mais baixo de Portugal, apesar da sua elevada taxa de crescimento (Ferrão e Jensen-Butler, 1986; Cepeda e Terroso, 1991). A Sul de Trás-os-Montes fica a Beira Alta, que é outra região de montanha, com características similares às de Trás-os-Montes. Entre estas duas regiões orientais do Norte de Portugal e muito mais pequena que as outras, abraçando as encostas declivosas do rio Douro, situa-se a região denominada Alto Douro.

Na descrição que se segue do Alto Douro, mostro como, à primeira vista, devido à sua paisagem e aparente idade, esta região parece destacar-se em relação às regiões que a rodeiam. A meu ver, o Alto Douro está menos afastado do que à partida parece daquilo a que eu chamo as «redes» de relações políticas e várias outras que se encontram em Portugal e fora dele. Tenciono mostrar que existem mais diferenças dentro da região e das aldeias dentro dela do que as que podem explicar-se devido aos cruzamentos das redes de acontecimentos exteriores. Em resumo formularei questões levantadas por esta diferenciação local relativamente à realidade da região do Alto Douro e da sua identidade regional.

1.1.2. *Um lugar à parte*

As vinhas prendem o olhar, logo que se entra no Alto Douro. Surge vinha após vinha, ao longo das quarenta milhas do rio Douro, entre Barqueiros e a fronteira espanhola. Em terraços de variadas formas e tamanhos, os vinhedos sobem pelas encostas do rio até cerca de vinte milhas, quer para Norte, quer para Sul, ao longo dos afluentes do Douro. No final da Primavera, brilhantes folhas verdes reluzem ao Sol ou banham-se na sombra do terraço seguinte ou dos montes fronteiros. Os troncos das videiras mergulham num solo brilhante e criador de reflexos, feito de lâminas de xisto.

A paisagem transmite-nos uma sensação de durabilidade. As centenas de vinhas não só se enquadram como parecem inerentes às encostas nas quais foram esculpidas, aparentando datar, pelo menos, do tempo da demarcação feita pelo Marquês de Pombal, em 1756⁶. No centro das *quintas*, onde se situam muitos dos

⁶ A presença da vinha no Alto Douro está documentada desde o tempo da colonização romana.

vinhedos, erguem-se velhos solares caiados, escondidos para lá de pesados, por vezes ferrugentos, portões de ferro forjado. As aldeias, onde vivem os pequenos viticultores, agrupam-se nos cumes ou nos vales. A sua pequena dimensão, a densa concentração e o aspecto antigo do casario sugerem um carácter profundamente comunal, com um olhar ainda íntimo para o passado. Em pequenos vales recobertos de pinheiros, ao longo de íngremes caminhos de terra, jazem os terraços irrigados pelo rio, cultivados pelos membros das famílias de lavradores para auto-consumo.

Os constrangimentos ambientais que se colocam à prática do cultivo da vinha e da produção de vinho nesta região sugerem também uma tradição com origens remotas. O terreno é hostil a muita maquinaria. Apesar de, em algumas das novas vinhas, se usarem tractores para a cava, o tratamento das cepas mantém-se inteiramente manual. A vindima junta tanto pessoas da aldeia, como gente vinda de lugares distantes tradicionalmente ligados ao Alto Douro, nas vinhas, onde as mulheres cortam os cachos de uvas das videiras, que os homens carregam em cestos de 60 quilos, encosta abaixo, até aos camiões para serem transportados para as instalações de vinificação ou para os velhos lagares. Os exportadores de vinho do Porto, o vinho aguardentado feito com muitas destas uvas, dão provavelmente mais valor à permanência e tradição – pelo menos como ideias – do que quaisquer outros comerciantes de vinho no Mundo⁷.

1.1.3. *Parte de uma rede maior*

A partir de uma certa perspectiva, a região passa a parecer menos diferente da terra que a rodeia, considerando-se o espaço como sendo só mais um conjunto de variantes ecológicas ou entendendo-se outro tipo de espaço, num Portugal organizado em conjuntos administrativos. Existem aqui três sub-regiões, divididas por afluentes do rio Douro e distinguidas por diferentes ecologias e padrões de propriedade da terra. Partindo de jusante (Barqueiros) até montante (fronteira com Espanha), surgem-nos o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior⁸.

7 Estes exportadores, muitos deles cidadãos britânicos residentes em Portugal há várias gerações, vivem geralmente no Porto. Em décadas mais recentes, certas companhias multinacionais produtoras de bebidas alcoólicas – a Seagrams, por exemplo – têm vindo a comprar companhias de vinho do Porto e, talvez mais do nunca, a dramatizar o carácter tradicional do vinho (na sua produção), enquanto, simultaneamente, vão modernizando e mecanizando a produção onde tal é possível.

8 Subindo o rio, de jusante para montante, a produção de vinho diminui, ao mesmo tempo que aumenta a importância da produção de azeitona e amêndoa, o que sucede, em parte, devido a diferenças climáticas: isto porque subir o rio significa encontrar um clima cada vez mais quente e seco. O padrão de posse de terra muda, passando da predominância da pequena propriedade no Baixo Corgo, para a predominância de grande propriedade no Douro Superior (ver Lema, 1980, e nota 25 deste texto).

O Estado português regula a produção de uvas através da Casa do Douro. A Casa do Douro guarda registos detalhados sobre todas as vinhas existentes na região demarcada para a produção de vinho do Porto. As vinhas são classificadas de acordo com um *cadastro*, um sistema de registo de acordo com os vários requisitos regionais que conferem qualidade às uvas produzidas por cada viticultor, na zona demarcada. Cada ano, a instituição toma uma decisão, baseada em cálculos codificados, sobre quem se qualifica a vender as suas uvas pelos preços estabelecidos especialmente para o vinho do Porto. A atribuição pela Casa do Douro do direito de vender uma quantidade particular de uvas para vinho do Porto designa-se por *benefício*.

As mesmas linhas de administração política cruzam a região, como sucede em todas as outras zonas de Portugal. Aldeias, quintas e vilas pertencem a *freguesias*, que por sua vez pertencem a *concelhos*. Estes integram-se em *distritos* que, no seu conjunto, formam o mapa administrativo de Portugal⁹. Os blocos que compõem a Igreja Católica não são aqui diferentes do resto de Portugal. A paróquia integra-se na diocese, a diocese no bispado.

Ficando numa aldeia (designo por *Socalcos* a que conheço melhor), rapidamente nos podemos aperceber da influência que têm as redes do sistema económico e político do Estado¹⁰. O dinheiro para as poucas novas vinhas que estão a ser construídas vem de um programa administrado estadualmente, financiado pela Comunidade Europeia. Há dez anos, o Banco Mundial financiou um certo número de outras novas vinhas nesta área, sendo os empréstimos facultados aos agricultores através de uma agência regional. Contudo, os empréstimos só eram concedidos para o desenvolvimento de terras nas áreas com as melhores qualificações, de acordo com o sistema de *cadastro*. Aqui, a colheita de azeitona vem a seguir ao vinho, relativamente à sua importância económica. Neste momento, o dinheiro da UE também subsidia parcialmente esta cultura. (As populações locais criticam a UE porque esta não está a garantir dinheiro suficiente.) Apercebemo-nos também que a Câmara acabou de instalar na aldeia o primeiro sistema de saneamento básico. Durante algum tempo, as casas tiveram que se conformar com um estilo regional condicionado pelo Estado.

Aprendemos ainda que cerca de metade das casas estão desocupadas. Aqui,

⁹ A zona demarcada abarca 19 *concelhos* diferentes, sendo a maior parte da sua área partilhada entre 16 deles (Sousa e Pereira 1988: 12). Estes *concelhos* estão divididos em 160 *freguesias* (Lema, 1980: fig. 11-A). A maior parte dos *concelhos* divide-se em 8 ou 9 *freguesias*. O Alto Douro está dividido entre 4 dos 18 *distritos* de Portugal. No sentido dos ponteiros do relógio, e de Norte para Sul, estes são: Vila Real, Bragança (ambos a Norte do rio Douro – e com o meio do rio a ser o seu limite Sul), Guarda e Viseu (que se estendem desde meio do rio Douro para Sul). O Alto Douro abarca cerca de um quarto do território destes *distritos*, o que, no conjunto, orça em cerca de 21.000 dos 89.000 Km² de Portugal (Serrão, 1963: 836).

¹⁰ A Igreja Católica é um assunto menos visível.

uma aldeia média tem 150 habitações, só com cerca de 70 delas ocupadas. Os seus donos vivem agora em Lisboa, ou em França ou na Suíça, e voltam em Agosto para um mês de férias. Os bancos portugueses oferecem contas especiais de poupança para emigrantes, em relação às quais os habitantes locais se queixam. As vinhas, tão cuidadosamente tratadas pelo jovem com o tradicional boné de agricultor não lhe pertencem, mas sim ao seu irmão, que trabalha em França para poder pagar a terra e a sua manutenção. As vinhas ao lado são de um homem que regressou de França em 1985, depois de lá ter estado vinte anos. Como se vê, as pessoas têm raízes mais soltas que as videiras. As pessoas que trabalham numa nova vinha mesmo acima de *Socalcos* devem ser da aldeia ao cimo da estrada, que tem menos vinhas que *Socalcos*. Os trabalhadores das *quintas* não são geralmente pessoas do local. Muitos deles são trazidos das suas aldeias natais, nos confins da demarcação, para ficar durante a semana nos cardenhos da *quinta*.

Outras ligações com *Socalcos* sobressaem. Além dos emigrantes donos de vinhas e dos trabalhadores «imigrantes» das *quintas*, notamos que camiões de vários tipos fornecem a aldeia. Quase todos os dias, camiões de pão vindos de três aldeias diferentes passam pelas estreitas ruas, fazendo ouvir as suas buzinas. Em dias diferentes, no *largo* principal, estacionam camiões de peixe, camiões que vendem carne, aves, fruta e vegetais. De semana a semana, vendedores ambulantes de roupa e utensílios para casa fazem a sua feira. Quando se entra num dos dois cafés da aldeia, encontra-se os homens a beber café expresso com *bagaço*, cerveja portuguesa ou vinho. O *bagaço* é o único produto local; o vinho é do Alto Douro, mas raramente é feito com as uvas produzidas na aldeia, ou mesmo no *concelho*. Se está a dar um jogo de futebol no ecrã gigante da televisão do café, de certeza que os homens o estão a ver, discutindo os méritos da equipa de Lisboa contra a equipa do Porto, ou de Portugal contra a Suíça. Se a televisão estiver apagada, então o rádio está ligado, e é tão possível que a música seja de Prince como de Quim Barreiros ou dum cantor nascido na aldeia e conhecido nacionalmente (e residente em Lisboa).

1.1.4. Cruzamentos distintos

Há também diferenças entre as pessoas da terra. Existem na aldeia casas sólidas e caras, casas pequenas e decrépitas, casas próprias e casas arrendadas, que se ligam aqui, como em todo o lado, com a «dimensão» económica das pessoas. Os lavradores não são todos iguais. Apesar das suas terras raramente se aproximarem da área das *quintas* (cujos donos quase nunca vivem no local), há lavradores que produzem 50 vezes a quantidade dos seus vizinhos¹¹. Na realidade, são

¹¹ As *quintas* têm, geralmente, mais de 50 hectares, tendo a maior cerca de 600 (Liddell e Price, 1992). Existe uma *quinta* perto de *Socalcos* com aproximadamente 90 hectares, abarcando várias parcelas.

raros os agricultores a tempo inteiro. Embora a maioria dos homens tenha algumas vinhas, muitos passam a maior parte do seu tempo trabalhando como carpinteiros, padeiros, técnicos de reparações, professores, trabalhadores de construção civil ou jornaleiros nas vinhas de outras pessoas. As poucas vinhas que estes homens possuem tendem a ter uma classificação mais baixa, com menos hipóteses, em cada ano, de se qualificarem para o benefício que as vinhas dos viticultores mais regulares.

Só muito raramente as mulheres são agricultoras, embora algumas sejam donas de vinhas trabalhadas pelos seus familiares masculinos ou administradores contratados. Não quer dizer que elas não trabalhem nos vinhedos, mas apenas que os homens trabalham aí muito mais tempo, desempenhando uma maior variedade de tarefas. A maioria das mulheres trabalha na aldeia, tratando das suas casas, granjeando as hortas, cozinhando e cuidando dos filhos, dos maridos e, por vezes, dos pais ou sogros idosos. As mulheres trabalham também aos «meios-dias» nas vinhas dos grandes proprietários, ganhando menos de três quartos do que ganham os homens. Algumas mulheres trabalham fora da aldeia como professoras ou como pessoal hospitalar.

Observando o «tráfego», vemos que os homens viajam em circuitos mais longos que as mulheres; e quanto mais ricos são os homens, mais largos os seus circuitos de viagem típicos. Estes circuitos são diferentes, tanto em carácter como em distância. Aos domingos, embora quase toda a gente da aldeia seja católica, são maioritariamente as mulheres que percorrem as ruas empedradas até à missa na igreja da aldeia. Durante a semana, são as mulheres que tratam da roupa da sua família no lavadouro público. Na *tasca*, junto ao largo principal, são os homens que pagam uns aos outros copos de vinho, depois do trabalho ou nas tardes de domingo, da mesma forma que são os homens que jogam o *pino*, abaixo da *tasca*, no *dia de descanso*. Também são os homens que, ao domingo, povoam a repartição da Junta de Freguesia, quer como funcionários, quer como requerentes de acções da autarquia local, a seu favor, como cidadãos.

Se falarmos com os homens sobre a aldeia e a área que a rodeia, logo nos dizem que tal pessoa atravessando o *largo* é de um *lugar* chamado *Fonte de Cima*, dois quilómetros abaixo de *Socalcos*; que aquele homem ali é de um *lugar* maior, mesmo abaixo de *Fonte de Cima*, chamado *Barra*. Mas só alguns dos homens da aldeia chamada *Cimo* vêm aqui, dirão eles. *Cimo* fica sete quilómetros acima de *Socalcos*, seguindo pela estrada sinuosa que contorna a encosta (dois quilómetros se for em linha recta, através de terreno escarpado, coberto de pinheiros) e na

Os maiores agricultores locais têm propriedades que atingem os 50 hectares – o status de *quinta* não é só uma questão de extensão –, produzindo entre 50 a 100 . (Uma *pipa* é um enorme barril de carvalho ou castanho, que contém 550 litros de vinho.) A maioria das pessoas que cultiva uvas em *Socalcos* produz entre 1 a 3 pipas de vinho, em propriedades com 1 ou 2 hectares.

mesma *freguesia*. Existe uma rivalidade entre as aldeias de *Cimo* e *Socalcos*. Diz-se que é muito antiga. As pessoas de *Socalcos* chamam às de *Cimo* «Galegos», termo historicamente usado para os trabalhadores vindos da Galiza, que construíram muitos dos socalcos de vinha¹². O termo tem hoje (como é provável que tenha tido historicamente) um sentido pejorativo, significando «jornaleiro pobre». Os residentes nas outras aldeias das encostas à volta também têm *alcunhas*: eles são «Lagartos» e «Queijeiros», por exemplo. No entanto, nenhuma destas *alcunhas* comporta uma animosidade como a que é dirigida aos habitantes de *Cimo*.

Perguntem às mulheres de onde é que as pessoas são originárias e elas darão uma resposta semelhante à dos homens. A respeito de certas pessoas – particularmente os homens, mulheres e crianças de *Socalcos* – elas sabem mais que os homens. Sobre outras – como os homens que estão de passagem e que não têm qualquer relação familiar com a aldeia – já sabem menos. Das *alcunhas* das aldeias conhecem muito poucas além de «Galegos»; isto porque, dizem, *Cimo* é um tormento constante para *Socalcos*. O que sabem, dirão as mulheres, é que *Cimo* quer ter a sua própria *freguesia* e que teve um sistema sanitário antes de *Socalcos*. «Os homens», dizem elas, «é que sabem destas coisas» (a respeito das *alcunhas*); «eles viajam muito mais que nós». Mas também só certos homens é que as conhecem; os homens mais ricos daqui parecem não conhecer tais termos, ou não querer falar neles, e olham a animosidade em relação a *Cimo* como uma coisa do passado ou dos menos educados.

1.1.5. Uma identidade regional

Em *Socalcos*, as pessoas dizem que estão no *coração do Alto Douro*, o que é verdade, geograficamente falando¹³. Ser do Alto Douro é, geralmente, uma evidência para quem lá reside¹⁴. Mas o que é que significa (o seu *coração* à parte) estar no Alto Douro? Muitas pessoas daqui dizem: «O vinho que as nossas uvas fazem não é vinho do Porto, é vinho do Douro». Mas será que todos dizem o mesmo e que todos querem dizer a mesma coisa? «Eu fui criada nas vinhas», diz, rindo, uma mulher cujos pais e avós nunca foram donos de uma única videira. Como pode isto acontecer? (E porque é que ela se ri?) E quanto ao homem que

¹² Até às primeiras décadas deste século, os camponeses viajavam em massa para trabalhar na agricultura portuguesa, especialmente na construção dos socalcos de vinha do Alto Douro (Stanislawski, 1974; Pereira, 1989).

¹³ Além disso, os enólogos concordam com eles, defendendo, por exemplo, que o Cima Corgo – sub-região a que pertence *Socalcos* – tem o melhor clima no Alto Douro para a produção de uvas para vinho do Porto (ver Liddell e Price, 1992: 55).

¹⁴ A endogamia dentro da aldeia é muito alta. A mobilidade de casais para dentro da aldeia é, geralmente, de zonas próximas. Qualquer outra mobilidade para dentro da aldeia é muito baixa. Desta forma, a maior parte dos habitantes nasceu aqui, ou pelo menos, nasceu nesta região.

nunca teve recursos para comprar uma vinha e que diz que, de qualquer forma, isso lhe ia dar muito trabalho? Será que ele realmente se importa se se trata de vinho do Douro ou vinho do Porto? Há muitas pessoas deste tipo aqui. Os grandes agricultores, com uvas de alta cotação, estarão mais no e serão mais do Alto Douro do que eles? Ou será o inverso?

As pessoas do Alto Douro e de fora têm ideias diferentes sobre esta região; e, se ela é uma região distinta, isto deve-se, em parte, à forma como a vêem as pessoas de fora – os exportadores que vivem no Porto, por exemplo, ou os funcionários do Instituto do Vinho do Porto. O que é que eles têm a ver com a forma como as pessoas do Alto Douro estão na e são da região? E quanto aos ricos que também são do e estão no Alto Douro? Será que o contacto com o «exterior» faz deles o que eles são? Existe uma forma «refinada» e uma forma «rude» de se ser do Alto Douro, dependente da passagem regular pelo «filtro» regional?

Finalmente, será diferente o ser-se do e o estar-se no Alto Douro conforme a localidade? *Cimo* é assim tão diferente de *Socalcos*? E o que é que eles estão a disputar? Poderá o estar-se em e o ser-se de diferentes lugares do Alto Douro significar que existem diferentes Alto Douros? E não quero dizer unicamente diferentes Alto Douros imaginários. Em termos muito reais, como é que todas estas aparentes diferenças de interesse e conhecimento, de localidade, espaço e escala, se harmonizam com um espaço real chamado Alto Douro? Há uma vasta bibliografia teórica na geografia e na antropologia que sugere formas de abordar estas questões. Virar-me-ei, de seguida, para esta bibliografia, procurando conceitos passíveis de serem usados no desenvolvimento do problema teórico de forma a abarcar as relações entre uma localidade, com as suas diferenças, interrelações, mas também com os seus elementos de unidade, e a sua não menos complexa região.

2. A BIBLIOGRAFIA INFORMATIVA E O PROBLEMA

2.1. A bibliografia

2.1.1. Introdução

Hoje em dia, nas ciências sociais, os problemas das relações entre espaço, cultura e poder estão sujeitos a uma interrogação crescente. Tradicionalmente, a diferença cultural tem sido vista como o resultado da descontinuidade espacial ou distância entre grupos de pessoas. Actualmente, os tradicionais pressupostos espaciais inerentes às noções de diferença cultural estão a ser objecto de ruptura e de críticas. Um dos pressupostos em colapso é o que defende que cada unidade cultural, seja um grupo étnico, seja uma cultura nacional, ocupa a sua pró-

pria área homogénea, num globo organizado como um mapa multicolorido de espaços discretos. A perspectiva emergente é que são as relações espaciais entre grupos culturais que produzem essas unidades culturais. Mais ainda, as relações de poder modelam-se e são modeladas por essas relações espaciais. A diferenciação através de relações de espaço e poder, em vez de separação de diferenças, está na ordem do dia (Kearney, 1991; Ferguson e Gupta, 1992).

Este esqueleto geral de interpretação abre caminho a muitas questões. A primeira delas é saber que tipos de unidades espaciais são importantes para análise e qual é a sua fundamentação racional. Discussões no campo da geografia têm sido particularmente esclarecedoras nestes assuntos, porque os geógrafos têm dedicado a maior atenção às questões das unidades espaciais e das suas interrelações. Uma questão igualmente importante é a forma como as relações sociais estão implicadas na formação dessas unidades espaciais. Em termos gerais, os novos geógrafos culturais argumentariam que os grupos sociais formados através da mediação de práticas culturais não só têm uma definição espacial como contribuem também para a produção de espaço (Lewis, 1991). O trabalho antropológico mostrou, com algum detalhe, como é que as relações sociais e as práticas culturais formam as relações espaciais ao mesmo tempo que são formadas por elas. Esta pesquisa antropológica divide-se em comparações transregionais e projectos etnográficos intraregionais. O mérito dos últimos, em particular, é demonstrar as contribuições e os impasses principais da teoria ao investigar a vida de todos os dias em colectividades específicas.

A geografia e a antropologia estão há muito ligadas, apesar de ser pela diferença (Ellen 1988). As duas disciplinas, mau-grado uma discutível maior convergência nos seus projectos, por meio da teoria social, nos últimos vinte anos, mantêm diferentes inflexões – a geografia mais espacial, a antropologia mais social. As suas contribuições para o problema das relações entre localidade e regionalidade continuam distintas e, como tal, frutuosas. Assim, ao discutir o trabalho que tem sido realizado nos dois campos e que modela o problema específico colocado pelo Alto Douro, tentarei mostrar a forma como as preocupações espaciais subjacentes aos últimos trabalhos geográficos podem ser usadas para colocar questões às análises sociais e culturais da antropologia, especialmente quando se trata de um trabalho antropológico sensível às relações espaciais reais; da mesma forma, mostrarei como o trabalho antropológico continua a colocar algumas questões importantes a análises geográficas vitais.

Pretendo mostrar, portanto, como é que conceitos como região e localidade se tornaram preocupações primordiais para a geografia e como esta preocupação afecta também a antropologia. A antropologia coloca questões difíceis a propósito da cultura regional e dos agrupamentos sociais localizados. A teoria social que serve de intercâmbio entre ambos os campos e que os influencia mutua-

mente manteve salientes quer questões de história, quer questões de classe que merecem ser discutidas. O género tem estado muito menos presente na bibliografia mais teórica sobre regionalidade. Na antropologia, tende a ser confinado a estudos de localidade (Ardener, 1981). Na geografia, o foco local também se mantém, apesar do género ser tratado como uma importante variável do mercado de trabalho nas economias regionais (Bowby et al., 1989). No meu trabalho, estou a tentar desenvolver metodologias que permitam ver como é que as relações locais de género são cruciais para a produção local de regionalidade¹⁵.

Examinei de novo o trabalho geográfico procurando conceitos que possa usar num esquema organizativo para aproximação ao problema das relações e processos local-regional no Alto Douro. Os geógrafos que aqui considero têm particular sensibilidade não só às relações espaciais mas também aos diferentes tipos de processos regionais. Estes processos são históricos. Este mesmo interesse com processo e história nas relações espaciais leva-me a perguntar como é que a etnografia antropológica pode ajudar a esclarecer os processos espaciais históricos nas e das regiões.

2.1.2. O problema da região em recentes debates na Geografia

No campo da geografia, os anos oitenta produziram uma vasta bibliografia focalizada sobre a forma como a teorização regional poderia aprofundar pesquisas baseadas numa teoria social interessada em evitar a reincidência funcionalista, embora retendo a noção de determinação. Há, para os meus propósitos, alguns textos-chave que resumem bastante bem os conhecimentos e as incógnitas. Um certo número de textos satélites ajudam a clarificar as questões.

Um texto-chave foi um artigo de Nigel Thrift (1983), que combinou a teoria da estruturação (Bhaskar, 1979; Bourdieu, 1977; Giddens, 1979, 1981) com o marxismo e encontrou o conceito de região para trabalhar como um mediador entre eles. Para Thrift, o funcionalismo estava em crise declarada, ameaçando também o marxismo de falência teórica. O marxismo não devia ser rejeitado, mas renovado, argumentava Thrift, porque ele tinha um melhor entendimento de determinação, conflito e história que qualquer tradição intelectual alternativa. A teoria da estruturação ofereceu um complemento de mais refinadas ferramentas para o projecto de renovação. Entre elas, a mais importante era a ideia de que não havia relação directa, mas só mediada (por tempo e lugar), entre o comportamento humano e a estrutura social (Thrift, 1983: 30).

¹⁵ O meu objectivo aqui não é afirmar – insensatamente – que o género está ausente dos trabalhos antropológicos ou geográficos, quer teóricos, quer empíricos. Pelo contrário, estou simplesmente a dizer que o género, visto como um fenómeno *regional* em toda a sua complexidade cultural, espacial e político-económica, parece esperar teorização e pesquisa empírica.

Thrift mostrou em esquema a forma como os seus estruturalistas preferidos tinham desenvolvido conceitos mediadores entre práticas e estruturas: para Giddens, tratava-se de uma mediação a dois níveis entre instituições e sistemas que, finalmente, resultavam numa estrutura; para Bourdieu, existia o nível singular do *habitus*; para Bhaskar, o sistema de posição-prática (ibid.). O principal benefício destas mediações foi terem fornecido um espaço de jogo entre estrutura e prática que poderia levar à mudança. Mais importante que tudo, as mediações eram, na maior parte, de tempos e espaços variáveis. Assim, Thrift sustentou que a estrutura social era, desde o início, constituída pelos factores espaço-tempo (Thrift, 1983: 31).

Contudo, esta perspectiva tempo-espaço abrangia insuficiente determinação, conflito e história, aspectos em que o marxismo se superiorizava. Thrift descobriu que o caminho para combinar marxismo e teoria da estruturação era ter em conta «a reprodução da força de trabalho», porque este era o único domínio dentro do capitalismo que não podia ser facilmente manuseado por análises de mercadorias (ibid.: 34-35). O seu argumento era que, enquanto as relações económicas podem ser vistas como determinantes no mais forte dos sentidos, há mais «determinações contingentes» que operam fora do campo económico (ibid.: 35). Dentro do seu universo largamente marxista, Thrift localizou acções na força-trabalho, particularmente a sua venda, e viu a força de trabalho como a razão do conflito de classes (ibid.: 36). Este conflito de classes é, em alguns dos escritos de Marx, segundo Thrift, o motor da mudança estrutural. Desta forma, argumentou ele, o processo de reprodução da força de trabalho poderia ajudar a explicar a luta de classes (ibid.: 36), especialmente a sua variabilidade: a reprodução da força de trabalho era uma produção de pessoas com diferentes personalidades e tendências ideológicas dentro e através das regiões.

Assim, a região era o conceito mediador chave no projecto social teórico de Thrift. Nos seus próprios termos, a região era «o ponto de encontro entre estrutura social e acção humana, suficientemente autónoma para ser o gerador e condutor da estrutura, mas ainda suficientemente íntimo para garantir que as expressões emotivas dos seres humanos não se percam» (ibid.: 38).

Este é um ponto-chave, merecendo maior esclarecimento. Para Thrift, são os grupos de lugares que formam as regiões. Ele usa o conceito de lugar directamente a partir de Giddens, usando-o da mesma forma que Giddens para se referir a um cenário institucional para a interacção social. A constelação «regional» de lugares tem um impacto na estrutura social. Esta constelação regional é feita principalmente através da experiência individual, ao longo de um «percurso de vida», o que é uma distribuição de tempo entre vários lugares (esta terminologia foi trazida por Thrift da geografia do espaço vivido). Em qualquer «organização» específica de produção, diz Thrift, alguns lugares serão dominantes, devendo o tempo

ser repartido por eles. No capitalismo, estes lugares são a casa, o trabalho e a escola (ibid.: 40). Distinguir lugares dominantes é importante, porque são a chave mediadora entre a estrutura de interação regional e a estrutura social objectiva. Isto acontece porque eles são os locais principais de produção e reprodução da força de trabalho (ibid.: 40).

Aqui, Thrift não cai no determinismo, uma vez que considera que a região é composta por outros lugares (além dos dominantes), sendo estes agrupados diferencialmente com os lugares dominantes. A disposição em relação ao que Thrift chama acção social (pela qual ele parece querer significar resistência à dominação pelo capital) é, portanto, variável, uma vez que é variavelmente preparada. Desta forma, locais de solidariedade de classe trabalhadora, como as tabernas e sindicatos, enfraquecem a estrita reprodução de estruturas económicas e sociais capitalistas, ao jogarem contra o domínio das instituições dominantes. Mais importante ainda, Thrift defende que as regiões mantêm a sua especificidade: apesar da complexidade social das regiões ter provavelmente aumentado, diz ele, há referências declaradamente locais que ainda actuam, como mediadoras, entre as pessoas e as instituições dominantes (ibid.: 42).

Este é, provavelmente, o eixo crucial da argumentação de Thrift. Quando ele sublinha os elementos contextuais do sistema regional que afastaram esse sistema de um funcionamento determinista, Thrift volta-se para referentes locais convencionais e dissolve distinções espaciais onde elas poderiam ser úteis. Por exemplo, o regional que, neste argumento, não tinha, de início, escala espacial determinada, é explicado como persistindo porque os seus lugares mantêm a sua referência «local». A estranha adaptação desta com outra reivindicação é patente: «cada vez mais, um lugar não tem que ser local, pelo menos para certos agrupamentos sociais» (ibid.: 42). Assim sendo, parece que questões como distância e localidade, e aquilo a que pode chamar-se integração espacial, estão na base de parte do que Thrift quer significar com a noção de região. Este é um problema profundo com o qual eu tento lidar, desenvolvendo a minha própria posição. Apesar de, no início, Thrift declarar que a questão da região ser um «sítio»¹⁶ é uma matéria para estudo, estes últimos argumentos implicam ambivalência sobre o assunto.

Finalmente, Thrift, tendo oportunidade de discutir a forma como variadas escalas ou unidades espaciais desempenham o seu papel na acção social, não tira vantagem disso. Thrift considera condições de acção social, precavendo-se sempre contra diferenças localizadas na sistemacidade da reprodução social. Divide tais condições em quatro aspectos: «personalidade e socialização», «penetração e dis-

¹⁶ *Sítio* é um conceito usado por geógrafos humanistas, como TUAN (1977), para se referirem a uma unidade de experiência individual espacial à qual a identidade individual se encontra ligada.

ponibilidade de conhecimento», «sociabilidade e comunicabilidade», e «conflito e capacidade» (ibid.: 42-48)¹⁷. Considerando unicamente dois destes quatro aspectos, podemos ver que Thrift lida com personalidade e socialização em termos de desenvolvimento espacial do percurso de vida, mas não discute a natureza espacial dos lugares ou das ligações entre eles (ibid.: 43). Mais uma vez, Thrift considera o aspecto da acção social chamado sociabilidade e comunicabilidade – o que está estreitamente relacionado com o desenvolvimento do percurso de vida – como sendo cada vez mais independente dos factores de localização (ibid.: 46). Não considera a forma como a propinquidade, a densidade de interacção e a comunalidade de, digamos, objectivos económicos são matérias que afectam o «sentido de comunidade» que ele invoca como um recurso para ultrapassar o sistema através da acção social (ibid.: 46-47).

O argumento de Thrift, apesar da sua ambição, deixa basicamente intocadas três questões-chave sobre a região. Primeiro, apesar da teorização marxista de Thrift, ele não explica como é que as regiões podem ser organizadas economicamente. Segundo, na teoria de Thrift sobre a região como interacção social, os aspectos culturais das regiões – símbolos, imagens e outras representações das e nas regiões – são considerados, na melhor das hipóteses, matérias secundárias. Finalmente, a questão da própria escala espacial não é abordada: as questões de distância entre lugares são consideradas, no máximo, secundárias e a questão da localidade nem sequer é levantada. A bibliografia subsequente trata estas questões.

Soja (1985) argumenta que a economia é crucial para qualquer concepção sobre as regiões, pelo menos quando inseridas no capitalismo. Ele adopta uma visão marxista, defendendo que, no interior das sociedades capitalistas, o desenvolvimento desigual é uma dinâmica central e que qualquer formação regional é conseguida, em grande parte, pelo desenvolvimento das divisões regionais do trabalho e sectores económicos e pela transferência geográfica de valor (Soja, 1985: 180).

Enquanto o capitalismo sobreviver, diz Soja, haverá centros e periferias dentro de cada país, assim como entre os diversos países. A diferenciação dentro dos países continua a ser importante a longo prazo, porque é o Estado que a orienta, em parte para manter estáveis os rendimentos estatais e como uma estratégia de

¹⁷ De forma a pormenorizar, THRIFT considera estes aspectos como formando os limites para a acção social em qualquer cenário local: *personalidade e socialização* é a formação de indivíduos com diferentes características e capacidades para a acção social colectiva; *penetração e disponibilidade de conhecimento* é o grau de entendimento que grupos sociais particulares e os indivíduos que neles se integram podem conseguir da ordem social; *sociabilidade e comunicabilidade* é a organização particular das instituições sociais, como uma fonte variável para penetração ou entendimento; *conflito e capacidade* é a capacidade para conflitos de classes ou de outras formas, o que depende da configuração dos outros três aspectos.

competição internacional. As periferias internas são espaços económicos nos quais os produtos primários – madeira, minerais e produtos agrícolas, por exemplo – são produzidos e escoados para os centros urbanos. As regiões são dinâmicas, em parte porque as condições técnicas de produção de produtos regionais mudam devido à competição capitalista (Soja, 1985: 187); contudo, outras vezes, os padrões pré-existentes do desenvolvimento regional são intensificados por estas mudanças. Por exemplo, uma tecnologia agrícola desenvolvida para a produção em certas condições geográficas, pode tornar mais rígido o carácter agrícola da região ao fazer investimentos em sectores económicos alternativos, crescentemente dispendiosos (ibid.).

A principal lição a tirar do trabalho de Soja¹⁸ é a de que as ubíquas diferenças económicas entre regiões no seio de países capitalistas implica que as regiões, como estruturas de interacção, são condicionadas não só pelo capitalismo, mas também pelas importantes diferenças regionais-sectoriais dentro da economia capitalista. Isto implica também que as divisões económicas no interior das regiões (Soja reconhece centros e periferias dentro das regiões, mas não discute o assunto) merecem estudos no sentido de perceber condições de configurações regionais particulares.

Contudo, como é que devemos ter em conta a organização económica das regiões, sem *reduzir* as regiões a essa organização económica? Posteriores trabalhos de geografia argumentam que as regiões também são importantes pelo seu significado para as pessoas que as fazem e que actuam de forma a refazer essas regiões de acordo com o seu significado. Gilbert, um geógrafo cultural, chama a atenção para uma grande tradição francófona em geografia que toma a região como um foco de identificação para grupos sociais (Gilbert, 1988). Esta tradição centra as suas questões de pesquisa nos significados subjectivos das regiões como espaços específicos gerados por indivíduos e colectividades. Segundo esta perspectiva, esses significados são gerados através de processos específicos de comunicação entre pessoas que «realçam a sua forma colectiva de pensar sobre lugares e espaço» (ibid.: 209-210). Murphy, um geógrafo cultural que faz pesquisas sobre regiões culturais na Bélgica, vai mais longe, argumentando que as abordagens estruturacionistas tenderam a usar a questão das regiões e sítios, porque ignoraram largamente a mesma bibliografia francófona sobre ideologia e experiência regionais (Murphy, 1991). Uma leitura mais séria dessa bibliografia, diz ele, torna claro que «as regiões são necessariamente ideológicas» e que o seu completo conhecimento pede uma «explícita consideração dos tipos de ideias que são desenvolvidos e sustentados em ligação com o processo de regionalização»

¹⁸ Este trabalho está inserido numa mais vasta tradição de análise económico-política da formação das regiões, com várias dívidas para com o marxismo. Ver, também: HARVEY (1985), MASSEY (1987), SCOTT (1988) e LIPIETZ (1993).

(Murphy, 1991: 30). O seu argumento gira em volta do facto de «os novos geógrafos regionais» começarem as suas análises com categorias territoriais simbólicas (chamadas regiões) sem reconhecerem o «significado e significância» que podem ter nas vidas das pessoas que as usam. A ênfase territorial é importante, já que Murphy mostra que os territórios – «áreas sobre as quais pessoas ou instituições exercem algum grau de controlo explícito» – são um ponto-chave da identidade social (Murphy, 1991: 28). Esta identidade social territorial serve como um molde que influencia actividades e processos (ver também Lewis, 1991).

A ênfase dada aos territórios e significados faz ressaltar duas importantes questões regionais. Primeiro, como é que as regiões estão relacionadas, enquanto fenómeno territorial, com as suas diferenças internas? E que unidades espaciais podem estar envolvidas neste processo? No fim de contas, os territórios variam; não podem ser unicamente parcelas iguais de terra habitada e disputada por «produtores-de-significados» individuais. Segundo, quais são as instituições e os agrupamentos sociais que medeiam esses significados e como é que eles se relacionam entre si?

O extenso trabalho de Paasi (1986 e 1991) sobre região retoma estes assuntos de forma provocatória, argumentando que eles são «estruturas simbólicas» desenvolvidas historicamente, e localizando estas estruturas simbólicas – socialmente – em instituições (Paasi 1986: 114). Mais ainda, os símbolos são territoriais, desenvolvidos no curso da formação institucional regional.

Para Paasi, a importância das instituições é que, enquanto organizações formais com papéis não dependentes de características pessoais (Paasi, 1986: 121), elas têm tanto durabilidade temporal como extensão espacial. Mas Paasi entende que a instituição regional depende, ao mesmo tempo, da fluidez, efemeridade e diferença da vida quotidiana local: a instituição regional toma os símbolos que legitimam a sua existência das práticas quotidianas, em diferentes localidades, e faz isto como um processo histórico identificável. A concentração na instituição também permite a Paasi mostrar como é que as regiões só são compreensíveis como parte do desenvolvimento histórico da «sociedade» mais vasta da qual fazem parte: a sua perspectiva nitidamente durkheimiana sustenta que o crescimento institucional é parte da crescente divisão de trabalho nas sociedades (1991: 246). As regiões emergem e desaparecem, em parte devido a essa mudança na divisão de trabalho.

As instituições regionais desenvolvem-se historicamente através da vida quotidiana e, por conseguinte, o trabalho também exerce a sua influência. O processo, tal como Paasi o esquematiza, funciona da seguinte maneira (embora não da mesma forma ou ordem em todos os sítios, ressalva ele). Primeiro, uma região assume uma forma territorial. Segundo, desenvolve uma «forma simbólica». Isto envolverá imagens associadas com uma área específica que, de outra forma, se

tornaria integrada; muito importante nesta questão será o nome. Terceiro, desenvolve instituições. Quarto e último, toma forma como parte do sistema de regiões e consciência regional de uma sociedade (Paasi, 1986: 121). É, presumivelmente, depois do terceiro estágio que as instituições «económicas, políticas, legais, educacionais, [e] culturais» se tornam «os mais importantes factores no que diz respeito à reprodução da região e da consciência regional» (Paasi, 1986: 121). Estas instituições vão ter efeito sobre as «elites» que ocupam papéis institucionais chave: «Jornalistas, professores, políticos locais ou regionais, etc., são activistas locais, regionais ou nacionais que reproduzem o poder atribuído a cargos institucionais» (Paasi, 1991: 246). As elites fazem o seu trabalho simbólico através de sistemas de comunicação, que tanto podem ter alcance regional como nacional.

Por fim, apesar de mergulhado no funcionalismo e progressivismo que deriva do seu pressuposto basicamente durkeimiano a respeito da divisão funcional do trabalho, Paasi contribui com conceitos que lidam muito frutuosamente com os problemas das unidades sociais, áreas territoriais e cultura nas regiões. Desta forma, em vez de lugares nas regiões, ele dá-nos instituições das regiões. Por outro lado, ele promete tratar do assunto da localidade (1991), mas, finalmente, parece ver as localidades apenas como entidades cada vez menos importantes, enquanto as instituições regionais se desenvolvem até ao ponto em que as elites formam a consciência regional dos antigos «locais».

Há razões para se acreditar que a geografia regional possa operar mais geralmente com um modelo de «elite». Certamente, nenhum dos trabalhos que discuti (com a parcial excepção de Thrift) dá muita atenção à produção de regiões por parte de «locais» situados no extremo inferior da escala de poder. Este modelo de elite poderia derivar, pelo menos em parte, a sua orientação em direcção aos métodos e materiais históricos, quando estivesse a tratar com processos espaciais envolvendo cultura¹⁹. Tal como Sayer (1989: 256) aponta, uma vez que no processo regional há importantes elementos culturais que são trabalhados para a consciência das identidades regionais e outras identidades socio-espaciais, isto poderá querer dizer que, para tal, «será necessária uma abordagem mais etnográfica». Quer ele dizer que esta tomada de consciência se dá mais nas localidades, sendo tal estudo um dos pontos fortes da antropologia, mesmo se, geralmente, lhe falta uma teorização da localidade. Isto leva-nos ao trabalho antropológico que trata de região e localidade, para o qual me virarei agora.

¹⁹ Não estou a defender que, mais geralmente, seja este o caso na geografia, como prova a utilização por PRED (1993) de materiais históricos, ao trabalhar a cultura da classe-trabalhadora, nem na história social, como prova a tradição histórica vinda do trabalho de THOMPSON (1963) sobre a formação da classe trabalhadora inglesa.

2.1.3. Abordagens antropológicas sobre regiões e localidades

Paul Willis (1981) defendeu a necessidade de abordagens etnográficas para questões de cultura não erudita ou profana, uma vez que esta cultura não deixa as suas marcas nas «repartições burguesas de registo» dos compiladores de censos, nos livros de normas institucionais ou mesmo nos arquivos dos historiadores. Durante muito tempo, a pesquisa antropológica tomou isto como linha de orientação. Dois trabalhos recentes fizeram esforços mais teóricos para perceber como é que uma efémera cultura das classes trabalhadoras poderia ser captada não só na produção da cultura de elite, mas numa cultura de elite como um fenómeno regional.

A questão colocada por Lipuma e Meltzoff (1989) é a de saber como é que classe e cultura se formam mutuamente na Península Ibérica. Parte da resposta é que isto acontece sempre através dos processos económicos regionais. Desta forma, os autores enveredam por um ângulo diferente na questão da região, considerando-a importante na variabilidade das relações classe-cultura. De certo modo, culturalizam a visão de Soja sobre economia, tratando as conjunturas específicas de relações capitalistas e não capitalistas no espaço. Nessa perspectiva, seguem a tentativa de Bourdieu para entender a posição de classe e os processos de considerar essa posição como uma intersecção «de formas de capital económico... capital cultural... e capital social» (Lipuma e Meltzoff, 1989: 318). A intersecção é conseguida pelo trabalho que, nas sociedades europeias, funciona cada vez mais como uma mediação social. Lipuma e Meltzoff vêem as classes como sendo produzidas e reproduzidas nas relações destas formas de capital através da mediação do trabalho. Cada vez mais o trabalho medeia entre estas formas de capital, devido ao seu crescente envolvimento num mercado para trabalho. Este mercado é a principal condição para a permutabilidade das diferentes formas de capital.

Para Lipuma e Meltzoff, a importância das regiões resulta da «coligação» cultura/produção «ser regionalmente variável, já que a forma e a extensão segundo a qual o trabalho social rodeou e se apropriou das relações regionais específicas família/comunidade, varia de região para região» (Lipuma e Meltzoff, 1989: 322). O argumento é que as estruturas regionais têm cidades orbitando em volta de um núcleo urbano central, cidades essas que, conseqüentemente, mediarão ligações umas com as outras. É nestas ligações mediadas que o trabalho vem rodear a família e as relações da comunidade (Lipuma e Meltzoff, 1989: 320). Este artigo, com a sua visão antropológica sobre famílias e comunidades nas suas relações umas com as outras, através de diferentes localidades (cidades) interligadas, mostra, com vários exemplos, que as relações sociais são parcialmente indicadoras de direcção em qualquer economia ou cultura regional.

Nas suas discussões, Lipuma e Meltzoff não entram em muitos detalhes sobre estas relações sociais, o que se torna decepcionante, uma vez que elas são frequentemente ignoradas na bibliografia geográfica ou, como no caso de Thrift, são consideradas quer como já de formação capitalista (no caso da família), quer sempre localizadas com um afastamento relativamente grande das práticas económicas (como na comunidade e sociabilidade de Thrift). Contudo, a maneira como estas relações sociais poderiam ser historicamente ligadas com outras formas de economia e o facto de uma economia «capitalista» poder não ser completamente capitalista tem profundas implicações nas relações sociais nas regiões.

Apesar de Lipuma e Meltzoff concederem, nos seus argumentos, uma importância provocatória às relações sociais, o seu trabalho não aborda as relações intrarregionais em termos espaciais. Cidades e outros motores de urbanidade lançam uma grande sombra sobre outras unidades sócio-espaciais como as aldeias. Estas obscurecidas unidades articulam-se de forma concebível umas com as outras, no contexto das economias regionais industrializantes, de acordo com algumas lógicas imprevisas. Além disso, é bem possível que estas diferentes lógicas de articulação possam ter alguns efeitos determinantes sobre o processo de formação regional e de classe como um todo.

A abordagem antropológica de Lomnitz-Adler sobre cultura regional faz ressaltar a importância da cultura local nas articulações intraregionais, ignoradas por Lipuma e Meltzoff. Para Lomnitz-Adler, a cultura regional é «a cultura tal como ela existe e actua num espaço que é organizado pela – e articulado através da – dominação de classe», uma dominação de classe que «implica formas específicas de organização dos sistemas espaciais» (Lomnitz-Adler, 1991: 201). Nesta perspectiva, o papel da cultura local é sempre o de uma cultura de *classe* local: uma cultura regional é um processo de hegemonia em que as elites se apropriam e dão novos significados aos produtos culturais locais, produzidos numa «cultura íntima», que é uma cultura de classe numa localidade ou num espaço regional específico. Estes novos significados formam a base histórica da dominação cultural de classe: a elite regional acena a bandeira de Zapata, por exemplo, como um sinal de legitimidade; contudo, teve que se apropriar da bandeira das culturas de classes «íntimas» subordinadas, num esforço para se legitimar a ela própria. E efectuou esta apropriação parcialmente através de poderes ganhos anteriormente noutras apropriações semelhantes. A produção cultural regional é, assim, em grande parte, o processo de hegemonia, no qual os elementos culturais produzidos pelos menos poderosos são erigidos como sinais de Estado, no interesse de apagar o conflito entre classes no lugar.

Uma ideia forte relacionada com esta na abordagem de Lomnitz-Adler é que ele compreende as contradições que operam no espaço regional, que tornam a cultura regional parte de um processo altamente variado e desigual. Numa região,

as prerrogativas culturais, económicas e administrativas actuam em contradição com o discurso político formal das elites sobre o espaço e a cultura que mantém os «nativos» (no caso do seu estudo, os índios mexicanos) «enraizados» num espaço naturalizado. Por exemplo, há uma contradição entre, por um lado, os requisitos económicos que levam as elites políticas (sempre com interesses económicos em trabalho barato, entre outras coisas) a encorajar alguns «nativos» a serem espacialmente flexíveis no seu local de trabalho regional (perdendo as suas raízes) e, por outro lado, uma ideologia que lhes dá limitadas prerrogativas políticas locais, uma vez que, supostamente, eles estão fixos num local, tendo unicamente preocupações locais. A contradição é aparente para os «nativos» e a inquietação política pode desenvolver-se a partir das suas percepções do conflito entre a ideologia da elite e os interesses da elite. A cultura regional, enquanto assunto político, é, por esta razão, processual. As elites tentaram frequentemente obscurecer os conhecimentos nativos, integrando os símbolos ligados a esses conhecimentos na sua própria história de harmonia regional e interesse comum. Mas, à medida que um símbolo é apropriado no processo hegemónico e que os novos espaços são naturalizados no decurso da mudança económica, novos conflitos surgem entre a ideologia e a economia.

A abordagem de Lomnitz-Adler da questão da cultura no espaço regional contribui, assim, para incorporar a cultura localizada (íntima) no panorama regional. De certa forma, também abrange – até certo ponto – o problema do entendimento da unidade regional como território em coexistência com conflitos institucionais dentro do território (que, por exemplo, Paasi ignora): o difícil – e nunca terminado – processo de hegemonia é um processo no qual a classe dominante, apesar de ter interesses económicos fraccionados, leva a cabo a apropriação de poderosos símbolos unificadores (a partir de baixo), através da actividade dos partidos políticos «populares».

Contudo, deixa em aberto algumas questões importantes. Primeiro, fica por resolver como é que a unidade regional deve ser definida. Lomnitz-Adler defende uma definição formal política-económica da região: no seu caso, trata-se duma província mexicana definida em termos administrativos, que parece ser mais ou menos coextensiva com uma organização económica particular²⁰. No entanto, os geógrafos culturais, como Murphy (1991), sustentam que a definição de região que as pessoas usam deve ter alguma ligação com a forma «real» da região, sendo, em parte, sua produtora. Eu iria mais longe, acrescentando que a organização local do uso de símbolos e noções de (classe na) identidade regional (Lewis, 1989) merece um estudo profundo. Os grupos sociais locais usarão esses símbo-

²⁰ Neste caso, LOMNITZ-ADLER foi muito influenciado pela escola antropológica americana de «análise regional» (ver SMITH, 1976) e pela ênfase que esta dá às relações comerciais.

los e noções em termos locais, assim como nas suas relações mais «regionais» e distanciadas, se é que chegam a usá-los (Munn, 1989). Segundo, deixa em aberto a questão da importância do que constitui uma localidade em relação com a região. A cultura «íntima» (frente-a-frente) não centra a sua atenção na variação transcultural das relações de localidade. Provavelmente, existem preocupações territoriais neste sentido, com a diferenciação económica local a desempenhar um papel considerável. Como indicam Lipuma e Meltzoff, seria importante examinar detalhadamente as ligações locais relativamente ao seu grau de integração com o processo de trabalho capitalista, o que traria informações significativas sobre este assunto. Além disso, as relações recíprocas entre localidades dentro da mesma região não deveriam ser consideradas como um – de certo modo – fenómeno extraregional. Terceiro, fica por ver, etnograficamente, como é que as diferentes instituições regionais se relacionam com as localidades. Os conflitos e contradições entre as solicitações de instituições políticas, económicas, culturais e até religiosas, podem muito bem ser resolvidas nas negociações pelos habitantes locais dessas solicitações institucionais. A forma como essas negociações decorrem, em termos de classe, é um assunto etnográfico.

2.2. O problema

2.2.1. Introdução

Os pontos principais da bibliografia que passei em revista fornecem uma base que permite desenvolver uma grande compreensão das diferenciações necessárias para ver «a região» em termos processuais. Por exemplo, podemos aplicar a perspectiva de região de Thrift ao Alto Douro e vê-lo como um conjunto de lugares; de acordo com esta opinião, o lugar dominante do Alto Douro é o espaço de trabalho – vinhas e instalações para a produção de vinho – em ligação com um lugar organizador: a Casa do Douro. A noção de Paasi de instituição regional pode configurar-se na Casa do Douro. Segundo esta perspectiva, a Casa do Douro surge devido à divisão social do trabalho regional dentro do Estado-nação português e, neste momento, desempenha grande papel na regulação institucional da região. A abordagem económico-política de Soja permite-nos entender melhor o Alto Douro, mostrando como é que esta região ficou dominada pelas vinhas, como um processo do desenvolvimento competitivo da região levado a cabo pelo Estado português, tendo em vista as receitas estatais e a concorrência externa, com o Alto Douro dependente da sua base agrícola, dados os custos do desenvolvimento de outras alternativas sectoriais. A abordagem antropológica de Lipuma e Meltzoff sugere como é que podemos explorar a hipótese de, no Alto Douro, o desenvolvimento capitalista ter dado origem a uma cultura regional, pro-

vavelmente dividida em culturas de classe, movendo-se em torno do produto básico: o vinho. A ideia de Lomnitz-Adler sobre hegemonia nas regiões remete para significados que nos permitem entender como é que as culturas locais de classe no Alto Douro vêem os seus símbolos de autonomia serem absorvidos pelos exportadores de vinho do Porto, políticos nos ministérios e outros.

Contudo, mesmo depois de compreender as modalidades da região nos termos sugeridos pelos conceitos destes teóricos, a questão mantém-se: podemos considerar as localidades como uma combinação entre o meio ambiente, o aparelho político nacional, a instituição económica regional dominante, a posição da região na ordem económico-política nacional e internacional e a cultura de classe? Penso que não. A minha objecção principal prende-se com a ideia de que estas forças externas se *combinam*, já que a noção adicional de combinação segue uma lógica funcionalista (ou pior) que diz: o que existe é acrescentado a uma soma das partes, sem conflito ou contradição. Além disso, faz com que as pessoas das localidades – os «sítios» reais destas forças regionais – pareçam autómatos, todos do mesmo modelo regional. Mais ainda, se as localidades não podem ser consideradas como combinações de ordens regionais e extraregionais, então, uma vez que as localidades são uma parte integrante da região, esta também não pode ser considerada um todo. A meu ver, faz sentido concentrar o projecto da minha pesquisa na região, partindo do princípio que esta é produzida tanto a partir do seu interior como do exterior.

O meu projecto é uma tentativa para teorizar a produção local de regionalidade. Na minha opinião, e na minha pesquisa, a regionalidade, vista como um processo complexo de produção local, está no âmago da análise regional. Considero este processo local da produção de região em termos de três relações complexas. Primeiro, há a produção local de regionalidade. Segundo, há a produção interlocal (também local) de regionalidade. Esta actua com parcial independência relativamente às práticas nacionais institucionais hegemónicas que tentam dominar, unificar e racionalizar «a região». Finalmente, há a produção extrarregional (local) de regionalidade. Todas estes níveis envolvem uma produção de sítio, movimento, contacto e aprendizagem no espaço e através dele. O meu argumento sobre estes três processos sociais pode ser enunciado numa série de proposições esquemáticas, que discutirei adiante com maior detalhe: nas localidades, há tipos concorrentes de regionalidade que se cruzam no decurso das práticas quotidianas; as localidades são heterogéneas em pontos cruciais, sendo a classe e o género os mais importantes (e profundamente interrelacionados); em resumo, a produção da região, mediada localmente através das relações de género e classe, é um processo a ser investigado. Esta grelha de proposições sublinha um determinado carácter etnográfico que discutirei na secção deste artigo chamada «Dimensões analíticas e empíricas do projecto etnográfico».

2.2.2. *Intersecção local e diferenciação local na produção da região*

Os sistemas económicos e os aparelhos administrativos do Estado não regulam esferas separadas da vida, diferentes dias da semana ou mesmo inteiramente categorias de actividade específicas. Intersectam-se. Por «intersecção» quero dizer que essas e outras ordens regionais e extraregionais (como as instituições religiosas) se encontram juntas nas localidades, apresentando solicitações a pessoas que estão em conflito e que se contradizem umas às outras. Além disso, uma vez que esta intersecção se dá nas localidades, mais conflito se gera, à medida que as localidades têm identidades colectivas que colocam as suas próprias solicitações às pessoas. Quando estas solicitações entram em conflito, os indivíduos e/ou as colectividades locais são obrigados a dar prioridade a uma das ordens intersec-tantes. As prioridades criadas pelas pessoas dependem de um contexto incerto. Tal contexto leva as colectividades locais a canalizarem a acção local por vias que tanto se entrecruzam como se repercutem ao longo de linhas de intersecção que, desta forma, têm consequências para a região.

Assim, as localidades são heterogéneas e divididas e, como tal, devem ser abordadas. A questão é como? Por um lado, as localidades são colectividades com identidades comuns, enquanto, por outro lado, existe uma infinita variação no seu seio. Do meu ponto de vista, as divisões elementares – que dão às pessoas do local interesses, razões, e campos de acção diversificados, assim como perspectivas parciais e conflituosas sobre assuntos locais e regionais – são a classe e o género.

Toda a prática local é estruturada pela posição de classe e pelas relações de classe entre pessoas em diferentes posições. Apesar de dar grande importância às dimensões económicas (relações de propriedade) da classe, entendo os aspectos sociais (de grupo) e os aspectos culturais (simbólicos) como sendo de profunda importância para estas posições de classe. A classe dá a um indivíduo, família ou grupo uma posição específica na colectividade localizada, modelando a sua própria perspectiva sobre a colectividade. Esta perspectiva dirige parcialmente as práticas que modelam a colectividade e, conseqüentemente, a região como um todo, em resultado do envolvimento das pessoas com as ordens regionais, em termos localizados.

A diferenciação por género como assunto regional é geralmente desprezada na literatura teórica por razões que recomendam um estudo mais aprofundado dos processos locais da produção de região: é difícil identificar o género como uma dimensão saliente da regionalidade, quando a região é concebida de cima para baixo e de fora para dentro. Em termos locais, não há práticas que não sejam diferenciadas por género. Desta forma, quando na prática local se dá prioridade às solicitações de ordens regionais diferentes, o género constrange a acção e

torna-se um recurso para se decidir quem pode tomar que decisões, dando conseqüentemente um cariz de género às repercussões a nível regional.

Apesar da classe e do género diferenciarem contextos localizados, o certo é que não o fazem separadamente, surgindo sempre associados nas vidas das pessoas. De mais a mais, em certos contextos, o género é usado para configurar a posição de classe (uma certa posição de classe será considerada mais masculina ou feminina) e vice-versa. Assim, para a compreensão da produção local de regionalidade é essencial perceber como é que género e classe actuam juntos.

As diferenciações de classe e género das localidades não devem ser vistas como estáticas. A dificuldade crucial do problema teórico é que tratamos a região e as suas diferenciações internas como um *processo* – que designo por «produção de regionalidade» –, chamando a atenção para as principais formas pelas quais as pessoas das localidades, através das suas práticas, produzem a regionalidade.

2.2.3. Aspectos locais, interlocais e extra-regionais da produção de regionalidade

Na perspectiva em que me coloco, a regionalidade é produzida através de localidades que diferem umas das outras e são internamente diferenciadas por género e classe. No entanto, a diferenciação em si é produzida através das relações. Separar coisas, pessoas, identidades e localidades depende, em certos aspectos, de as associar. Há maneiras de ser locais, partes de um colectivo localizado, que servem como base de ser parte de uma região. Pela minha parte, penso que a aldeia é um cenário essencial para o estudo da produção local de regionalidade, porque é aí que essas práticas de identidade colectiva das localidades é mais fortemente desenvolvida.

Contudo, as pessoas nas localidades não se limitam a negociar as solicitações sobrepostas das ordens regionais e extra-regionais, num contexto local definido pelas diferenças de classe e género. Negoceiam essas solicitações em relações interlocais que envolvem pressões causadas por outras colectividades locais, geralmente próximas. Estas pressões são, por exemplo, as da competição pelo *status* colectivo dos diferentes tipos de localidade – aldeias e cidades, por exemplo – num sistema compreensível de categorias regionais, ou as da cooperação em face das solicitações de uma ordem regional, como as da Casa do Douro. Nestas relações interlocais, as distinções de classe e género no interior de uma localidade podem simbolizar distinção de classe e género entre localidades. Deste modo, a produção local de regionalidade é sempre um processo interlocal.

Na produção de regionalidade, a localização é ainda mais complexa que a intersecção local, num complicado contexto de classe e género, com dimensões interlocais. Nas relações interlocais, a localização envolve sempre processos extra-

regionais. As pessoas migram para além de fronteiras regionais, nacionais e até continentais. Contudo, mantêm ligações e frequentemente regressam ao seu lugar de origem, trazendo novas opiniões e entendimentos das intersecções locais, das relações de classe e género, das relações da sua localidade com outras localidades e da região no seu conjunto. Pessoas de outras origens mudam-se para dentro da localidade. Com as suas práticas «importadas», mudam as opiniões das pessoas locais. Mais ainda, não são só as ideias que são estruturadas desta maneira; a própria posição de classe e género é reproduzida e transformada através de movimento «exterior» que traz riqueza e novas práticas para o «interior». Os produtos movem-se de modo semelhante, das localidades para o mundo mais vasto e do mundo mais vasto para as localidades, transportando com eles usos materiais e associações simbólicas que vão influenciar profundamente a forma como as pessoas do lugar se tornam a si mesmas locais, com ou contra outras localidades, no decurso da produção da região.

Estes argumentos só podem fazer sentido teórico operativo no contexto de um projecto etnográfico orientado ao longo dos eixos aqui sugeridos. Isto requer vários passos. Antes de detalhar as questões analíticas que desenvolvi para este projecto e o trabalho empírico que tenho vindo a conduzir com o objectivo de conseguir algumas respostas para elas, gostaria de mostrar como os trabalhos etnográficos existentes sobre o Norte de Portugal e o meu próprio trabalho etnográfico formam um contexto para o meu projecto.

3. TRABALHO ETNOGRÁFICO EM PORTUGAL

3.1. *Introdução*

A bibliografia etnográfica sobre o Norte de Portugal estimula o problema teórico que venho a desenvolver e o meu trabalho etnográfico sobre o Alto Douro torna possível tratar o problema teórico a partir da perspectiva que formulei: localmente. A bibliografia e o meu trabalho etnográfico servem para formar a base a partir da qual desenvolvi um certo número de questões analíticas interligadas (assim como investigação etnográfica) sobre a produção local de regionalidade.

3.2. *Bibliografia de orientação*

A bibliografia etnográfica baseada na aldeia sobre o Norte de Portugal aponta o problema da produção local de regionalidade, geralmente sem atender às implicações regionais. Apesar disso, ajuda a contextualizar o meu projecto, ao

mostrar a magnitude da emigração oriunda do Norte de Portugal, a importância do *status* (sendo a classe geralmente evitada) e diferenças de género, e a importância da localidade da aldeia para a identidade social.

Os etnógrafos que trabalham no Norte de Portugal não ignoraram totalmente o problema da região. No seu trabalho realizado em duas aldeias na região do Minho, no Noroeste de Portugal, o etnógrafo Pina-Cabral realça as fortes filiações territoriais sentidas pelos aldeões (Pina-Cabral, 1986 e 1987). Mais ainda, Pina-Cabral defende que a identidade sociocultural regional persiste em Portugal, podendo ser sentida na variação dos padrões de residência e dos princípios de formação da família entre o Norte e o Sul, o Este e o Oeste de Portugal, e nos rituais de diferenciação sociocultural regional representados em aldeias nos tradicionais confins de certas regiões (Pina-Cabral, 1991 e 1992). Contudo, o seu trabalho, e o trabalho sobre Portugal em geral (Brettell, 1986; O'Neill, 1987), tem considerado as aldeias como típicas das regiões, mais do que suas produtoras.

Os etnógrafos do Norte de Portugal deram frequentemente importância à ligação da aldeia com o mundo além da sua região, dado que a emigração e o retorno, particularmente internacionais, estão muito disseminados no Norte de Portugal (Brettell, 1979). Efectivamente, com base na etnografia, é mais fácil entender como é que as populações rurais no Norte de Portugal são internacionais e locais do que como é que elas são regionais. Brettell (1986) dedica um livro à relação entre aldeia local e migração internacional. Noutro estudo (1993), defende que a economia política portuguesa e a identidade nacional estão particularmente fracturadas pela emigração e retorno. Numerosos etnógrafos afirmam que as famílias do Norte de Portugal dependem da emigração para a sua «integração» nas localidades (Bouquet, 1984; Reis e Nave, 1986; Leeds, 1987). Outros defendem que a emigração e retorno dividem as famílias em estratos sociais e económicos (Besteman, 1986; Black, 1992). Estudos de geógrafos e sociólogos demonstram como é que o desenvolvimento económico regional, especialmente no Norte, ocorreu devido à emigração e ao retorno de pessoas e dinheiro (Cabral, 1978; Ferrão e Jensen-Butler, 1986; Cepeda e Terroso, 1991) e como é que emigração e retorno influenciaram o desenvolvimento das cidades do Norte interior (Gaspar e Jensen-Butler, 1992). Esta bibliografia esclarece que é insensato considerar qualquer região nortenha de Portugal como sendo produzida independentemente da corrente internacional de pessoas, relações sociais, dinheiro, capitais e produtos que entram e saem de cidades e aldeias.

A etnografia sobre Portugal tem tendência para não ver a diferenciação social em termos de classe. Em parte, isto deve-se ao facto de, em comparação com o Sul, a agricultura do Norte de Portugal ter um carácter de pequena propriedade (Medeiros, 1987; Finan et al., 1991). Poderia também dizer-se que a pequena propriedade do Norte atraiu a atenção antropológica, o que sucedeu nomeadamente

devido à aparente ausência da formação de classe nessa zona. A tradição durkheimiana que ainda influencia a antropologia portuguesa parece ter conduzido os investigadores para o Norte, em busca de «temas antropológicos» convencionais²¹. Dias fez a primeira incursão portuguesa na etnografia estrutural-funcionalista de Durkheim nos anos quarenta, precisamente na fronteira com Espanha, no Norte de Portugal (Dias, 1953). O Minho rural chamou a atenção (Callier-Boisvert, 1966; Pina-Cabral, 1984), devido à importância da existência de inesperadas relações igualitárias entre géneros, numa ordem económica não-capitalista (Pina-Cabral e O'Neill, comunicações pessoais). Em reacção a esta convergência sobre as relações igualitárias, o trabalho em Trás-os-Montes tentou demonstrar que a sociedade rural do Norte de Portugal é baseada na desigualdade, apesar desta ter uma natureza de não-classe (O'Neill, 1987)²².

Embora a omissão dos problemas de classe seja um traço comum na etnografia do Norte de Portugal, essa omissão contribui para clarificar a questão do conflito cultural nos campos e da identidade local que muitos tipos de análises baseadas na classe tenderiam a negligenciar ou interpretar erradamente. Pina-Cabral argumenta convincentemente que a cultura «burguesa» (grosso modo, das vilas e cidades) e «camponesa» (da zona rural) estão intimamente ligadas. A burguesia despreza o campesinato, mas usa a «naturalidade» deste para ancorar a sua própria identidade nacional na terra à qual os camponeses são simbolicamente associados. O campesinato, por sua vez, é hegemonzado pela burguesia, a ponto de ser levado a pensar que é, de facto, «natural» – sem cultura e consequentemente sem valor real. Esta relação significa que, em vez de ser totalmente dominado pelos valores da burguesia, o campesinato tem uma espécie de poder cultural sobre o grupo-status que o domina. A burguesia teme secretamente a feitiçaria, por exemplo, porque esta concede poderes naturais a qualquer prática ligada com o cam-

²¹ Importei o termo de ROSEBERRY (1989) e usei-o para significar «aparentemente livre de influências 'modernas' e de mercado».

²² BRETTELL (1979) defende que o carácter internacional da emigração a partir do Norte atrasou severamente a proletarização durante os anos sessenta, enquanto no Sul de Portugal a proletarização era um processo forte e progressivo, envolvendo emigração massiva para as cidades, particularmente Lisboa. INGERSON, contudo, ao fazer uma das poucas análises etnográficas baseadas na classe, no Norte de Portugal (numa perspectiva de sistema-mundo), defende que, nessa zona, a proletarização tem sido um processo variável e, até certo ponto, «reversível». Quer isto dizer que a propriedade da terra tem sido estruturada de tal maneira que, em más alturas de economia urbana, os proletários podem voltar para o campo. Além disso, a indústria têxtil encorajou sempre a manutenção de pequenas propriedades, de forma a manter uma força de trabalho flexível. SANTOS (1991: 32) alarga este tipo de argumento a Portugal como um todo, afirmando que, como país semi-periférico (SANTOS também usa a teoria do sistema-mundo), mantém «uma peculiar complementaridade entre agricultura e indústria», na qual a agricultura de subsistência serve como rede de segurança (e, desta forma, como uma espécie de travão para o desenvolvimento industrial) para os trabalhadores industriais.

pesinato. Ao dar realce (embora sem desenvolvimento teórico) às relações espaço-culturais entre cidade e campo e ao reclamar que a análise de classe nada pode acrescentar à sua interpretação sobre a precária hegemonia cultural burguesa no mundo rural português, o argumento de Pina-Cabral dificulta a tarefa de se perceber as relações entre diferenciação de classe e produção local da região.

Ao evitar as questões de classe no Norte de Portugal, a etnografia também desenvolveu conhecimentos sobre a identidade social local. Alguns estudos (Brito, 1989; Pina-Cabral, 1992) mostram como, através de decisivas mudanças sociais, como as resultantes da integração na UE, as aldeias do Norte de Portugal se tornaram novas fontes de identidade social. Outros estudos mostram como diferentes grupos sociais se apropriam do espaço da aldeia, considerando-o um recurso social (O'Neill, 1991). Os estudos centrados na aldeia demonstram também que a religião é uma prática importante na reprodução da identidade local. Brettell (1990), por exemplo, mostra como o catolicismo popular do Norte de Portugal é uma prática espacial de integração local, especialmente visível em procissões de santos através das aldeias, projectadas por mandato popular para visitar cada casa da aldeia.

Não obstante a atenção dada à diferenciação e integração locais, as filiações territoriais para lá da aldeia ou da *freguesia* não são um ponto de interesse comum na etnografia do Norte de Portugal. Apesar de tal ser discutível, uma vez que, aqui, a morfologia social é claramente dominada por formas localizadas (Pina-Cabral, 1992), estas formas não podem existir num vácuo social-espacial e as suas ligações regionais precisam de ser estudadas.

O trabalho etnográfico no Norte de Portugal revela que o género pode desempenhar um papel na produção local da região. Se as regiões são produzidas localmente, torna-se claro que as posições locais das mulheres afectam essa produção. Em Portugal, as posições locais das mulheres são bastante variáveis, tal como a bibliografia etnográfica se tem esforçado por realçar. Pina-Cabral (1986) mostra que, nas aldeias do Minho que estudou, as mulheres têm um considerável poder social, apesar de uma ideologia de dominância masculina em consequência da tradicional migração dos homens, sendo as mulheres que efectivamente controlam o mais importante dos recursos locais: a terra. Besteman (1986) argumenta que, na área fronteiriça entre Minho e Trás-os-Montes, as ideologias e costumes sexistas colocam as quintas controladas por mulheres numa desvantagem considerável. As famílias agricultoras com mulheres na terra e homens a trabalhar fora do país ou nas cidades não conseguem competir com as famílias em que tanto homens como mulheres trabalham a terra. Isto deve-se principalmente ao facto dos homens excluírem as mulheres das redes de informação sobre preços e inovações tecnológicas. Sendo-lhes vedados estes conhecimentos, as mulheres estão menos aptas para competir numa economia agrícola cada vez mais orientada para

o mercado. Cole (1991) refere que as mulheres das aldeias piscatórias que estudou tinham tido, num passado recente, um maior controlo sobre as suas vidas do que as mulheres dos agricultores, vivendo em povoações rurais afastadas apenas alguns quilómetros. Isto deve-se, por paradoxal que pareça, ao baixo nível económico das mulheres dos pescadores, o que deriva, em grande parte, da exclusão das suas famílias em relação à posse de terra. Até ao desenvolvimento das pescas e da indústria conserveira, nos anos setenta, que as arrastou para as fábricas, as mulheres dos pescadores podiam, no decurso do seu trabalho, movimentar-se à volta do espaço da sua aldeia, livres das restrições colocadas às nominalmente mais ricas mulheres dos agricultores, restrições essas que advinham do controlo masculino sobre a terra produtiva.

Estes estudos sobre o género não abordam o problema das ligações locais-regionais em nenhum sentido, a não ser o mais descritivo. Contudo, são estimulantes para o meu projecto, ao mostrarem como o controlo variável que as mulheres exercem sobre a terra, sobre as redes sociais importantes e sobre o espaço levanta a questão de se saber como é que a diferenciação por género nas localidades desempenha um papel na produção da região²³.

É bem possível que os etnógrafos tenham trabalhado na zona das fronteiras do Alto Douro devido à sua antiga ligação com o mercado mundial, o que tornou a questão da classe inevitável nesta região (Valério, 1993)²⁴. Contudo, o trabalho etnográfico no Norte de Portugal aponta diferenciações que ajudam a orientar o meu trabalho sobre a produção local da regionalidade no Alto Douro. O amplo trabalho histórico sobre o Alto Douro aponta para outros tipos de diferenciação: o papel histórico do Estado na formação da região (Barreto, 1988; Martins, 1988 e 1990), o carácter das sub-regiões do Alto Douro (Sousa e Pereira, 1986; Lema, 1980; Pereira, 1989) e a diferenciação económica das empresas vinícolas do Alto Douro, especializadas na produção de vinho do Porto ou na produção de vinhos de mesa (Guichard e Roudié, 1984). Juntar este trabalho etnográfico e histórico está a ajudar a centrar a minha própria pesquisa etnográfica nas diferenciações características do Alto Douro, enquanto região historicamente diversificada, e nas questões de emigração, classe-status e identidade colectiva de género e local, que parecem caracterizar o Norte de Portugal como um todo.

²³ Neste sentido, senão noutro, são comparáveis ao trabalho teórico e empírico, feminista ou não, sobre género e espaço. Este trabalho teórico centra-se no género, principalmente em localidades de tipos diferentes.

²⁴ O trabalho de VALÉRIO é muito útil ao mostrar as diferentes ligações históricas do Alto Douro e Trás-os-Montes à economia mundial; contudo, torna-se enganador, dado que ele trata o Alto Douro simplesmente como uma importante parte da região de Trás-os-Montes (se bem que, durante séculos, a sua parte mais desenvolvida), sem perceber que o Alto Douro é, geralmente, tratado como uma região com ambíguas, mesmo que fortes, relações com Trás-os-Montes (TABORDA, 1932; LEMA, 1980; PEREIRA, 1989).

3.3. Trabalhando etnograficamente no Alto Douro

Ao preparar-me para uma pesquisa etnográfica de longo prazo numa aldeia do Alto Douro, viajei pela região no Outono de 1992, tentando perceber qual das sub-regiões tinha os sítios mais promissores para o estudo do problema das relações locais-regionais. Decidi-me pelo Cima Corgo devido à grande proporção das suas uvas que se qualificam para o *benefício* de vinho do Porto e porque das sub-regiões do Alto Douro é das que tem uma maior mistura de tamanhos de propriedade e, conseqüentemente, diferenciação de classe baseada na posse da terra²⁵.

No Cima Corgo, decidi ficar em *Socalcos*, devido à sua proximidade com uma grande quinta, o seu *status* como sede de freguesia e o facto de, apesar destas características, ser suficientemente pequena para, ao conhecer a maior parte dos seus habitantes, conseguir ter a percepção da aldeia como um todo.

Socalcos é a sede da *freguesia*. A *freguesia* é composta por outra aldeia e três pequenos conjuntos de casas situados ao longo da estrada que liga *Socalcos* ao rio. A aldeia de *Socalcos* tem cerca de 200 residentes regulares. Este número aumenta tipicamente em Agosto, quando os emigrantes da aldeia regressam de França e outros países, ficando nas casas que se mantiveram fechadas durante o resto do ano.

De Março de 1993 a Janeiro de 1994, levei a cabo o trabalho etnográfico básico, no decorrer do qual comecei a trabalhar de acordo com a agenda que detalharei na próxima parte deste texto. Durante os primeiros meses, passei o meu tempo a tentar conhecer as pessoas pelo nome, e a participar de tantos eventos locais quanto possível. Deste modo, acompanhava os jornaleiros que iam trabalhar na *quinta* que está ligada à aldeia. Conheci pessoas nas ruas, nos cafés e nas *tascas*, durante o almoço ou à noite e combinei visitas às suas vinhas para o dia a seguir. Pouco depois, comecei a almoçar e jantar em casa de várias famílias e a acompanhá-las em recados ou em visitas a cidades e aldeias vizinhas. Comecei a ir à missa. Fui ao Baile da Páscoa e à festa do santo patrono da aldeia e acompanhei a modernizada peregrinação (de carro) à capela que fica no alto de um monte acima de *Socalcos* e que liga *simbolicamente* um certo número de freguesias. Também fui às festas do santo patrono de outras aldeias. Em várias altu-

²⁵ O Baixo Corgo tem maior extensão agrícola dedicada à viticultura. No entanto, apesar da sua produção ser maior, a proporção de uvas que são usadas para vinho do Porto é menor, uma vez que estas são geralmente consideradas de menor qualidade (HALLEY, 1990: 73). O Douro Superior (a terra mais quente e mais seca a Este do rio Tua) tem menos extensão dedicada à produção vitícola, com muita terra a ser usada no cultivo de azeitona e amêndoa, e uma muito maior proporção de grandes propriedades que o Cima Corgo. ENJALBERT (1949: 302) considerou o Cima Corgo como um «feliz meio» entre as outras duas sub-regiões. Mesmo considerando o adjectivo «feliz» uma questão de perspectiva, de facto, o Cima Corgo continua a ser uma sub-região intermédia dentro do Alto Douro (Ver também nota 8).

ras fui à *Junta de freguesia*, tendo entrevistado informalmente o seu presidente e o seu secretário sobre vários assuntos de política local.

No decurso destas visitas, observei e tomei notas sobre os padrões de interação social, as hierarquias sociais, os grupos de amizade e o uso do espaço em todos eles. Ao mesmo tempo, obtive informação básica sobre as vinhas e os agregados domésticos, sobre quem era dono das vinhas, quem lá trabalhava, os padrões familiares de trabalho, o calendário das diferentes práticas agrícolas, quantas pipas de vinho os agricultores tinham produzido em anos anteriores, a quem tinham vendido o seu vinho e com que quantidade de *benefício*.

À medida que ia participando e observando a vida quotidiana da aldeia, também construí alguns produtos etnográficos convencionais. Fiz um censo da aldeia, que contém informação sobre cada família da aldeia, incluindo parentes emigrantes. Este censo está ligado a um mapa da aldeia, para a construção do qual tive a ajuda de informantes-chave. Reuni genealogias de um grande número de famílias, o que inclui informação sobre sogros e genros, uma importante fonte de informação para a estrutura do suporte social. Adicionalmente, reuni informação sobre as propriedades de várias pessoas, o que divide a terra de acordo com o tipo de produção (vinhas, olivais, hortas). As histórias sobre heranças que reuni ajudam a revelar processos que levam aos padrões observáveis de posse de terra.

No desempenho deste trabalho básico, a minha atenção centrou-se em certos aspectos-chave da cena social que revelam o problema central de localidade e regionalidade no Alto Douro. Por conseguinte, na próxima secção tratarei da importância do estudo etnográfico das diferenciações e mediações que produzem as relações entre a colectividade local de *Socalcos* e a região do Alto Douro.

4. DIMENSÕES ANALÍTICAS E EMPÍRICAS DO PROJECTO ETNOGRÁFICO

4.1. Introdução

Nesta secção, sublinho a essência etnográfica da minha dissertação, a partir do argumento teórico que defende a existência de três processos relacionados envolvidos na produção local de regionalidade: local/regional, interlocal/regional e extra-regional/regional. Os principais focos etnográficos para cada um destes processos são, por seu turno, o género e a classe, o conflito entre aldeias e a emigração. Irei tratar das interrelações entre estes processos ao nível etnográfico, cada um por sua vez, embora não rigidamente de acordo com a ordem que segui ao apresentar esta secção. Todos estes processos se fazem sentir através da aldeia, funcionando esta como uma esfera social colectiva.

4.2. A aldeia como uma fonte de identidade regional

Socalcos é, sem dúvida, a um certo nível, uma colectividade. Isto é importante porque as pessoas pertencem não precisamente a uma região, mas a uma localidade e possivelmente primeiro à localidade, que está materialmente e socialmente organizada numa espécie de comunidade. No entanto, esta colectividade não é colectiva por ser homogénea. Existem importantes divisões de trabalho da comunidade que tornam a aldeia um recurso de identidade social do Alto Douro e de espaço.

Diferentes ordens de localidade, ou de comunidade localizada, formam o Alto Douro, incluindo cidades, bairros nas cidades, *quintas*, *lugares* (grupos de mais ou menos dez casas) e aldeias. As aldeias são importantes, porque grande número de pessoas no Alto Douro continua a viver nelas²⁶ e porque os seus habitantes têm uma identidade colectiva.

As aldeias do Alto Douro são compostas por importantes sítios sócio-espaciais. Estes incluem *largos*, fontes, ruas, escadas entre as casas, as próprias casas, as paredes à volta de algumas casas, cafés, *tascas*, mercearias. Podemos acrescentar a estes sítios uma igreja, ou talvez uma capela, um cemitério e escolas (tanto jardins-infantis como escola primária; as escolas secundárias estão localizadas nas vilas e cidades). A terra produtiva que rodeia a aldeia é também um importante componente, mas não tão claro em delimitação, sendo a extensão de terra considerada parte da identidade aldeã local uma questão em aberto. Certas aldeias poderão ter também lavadouros públicos, *adegas*, talvez um armazém de engarrafamento e, por vezes, uma padaria.

Se a aldeia é uma fonte de identidade regional, é também uma identidade colectiva com grande importância. Contudo, isto é assunto para investigação, dividindo-se em dois problemas distintos: primeiro, o que é que as pessoas acham que é importante na aldeia; segundo, apesar de não menos importante, que práticas são organizadas para a produção dos laços sociais da aldeia. Saber o que as pessoas pensam que é importante sobre a aldeia dependerá, em parte, da sua posição nela (o que discutirei na próxima secção) e no leque de comparações que elas aprenderam a fazer com outras posições. A prática etnográfica que isto sugere é a de, sempre que possível, ter pessoas a mostrarem-me o que é importante sobre a aldeia, ou querendo levar-me às pessoas que «sabem o que é realmente importante». Não é uma questão de perguntar «o que é importante em *Socalcos*?»

Observando as práticas da aldeia, vemos que há duas ordens envolvidas. Primeiro, há as práticas quotidianas que assumem a aldeia como um recurso. Por

²⁶ Isto é verdade, apesar da (ou talvez por causa da) emigração, remessas e retorno.

consequente, ir à missa na igreja da aldeia, fazer compras na mercearia local, lavar a roupa no tanque público, dar passeios diários pela aldeia cumprimentando as pessoas que se cruzam (não cumprimentar é considerado não só um simples erro, mas uma característica anti-social) ou, simplesmente, residir na aldeia. Estas não são práticas exclusivamente individuais. Envolvem, muitas vezes, diferentes tipos de grupos. Segundo, existe um leque de actividades cujo carácter exclusivo as transforma em práticas da aldeia. Estas incluem a visita à casa do defunto para apresentar condolências à família (que é suposto ser feito por toda a gente), a participação nos cortejos fúnebres através da aldeia e a participação nas festividades do santo local. O uso de símbolos nestas práticas é importante. Beber, por exemplo, é um elemento-chave, devido ao seu poder de simbolizar a localidade.

Como é que estas actividades e símbolos de (e sobre) esta localidade constroem a identidade da aldeia? Desenvolver uma resposta requer, em parte, saber como é que a aldeia é vista pelos residentes e outros como uma colectividade, em oposição a outras localidades particulares, porque isto sucede quando as características são frequentemente sublinhadas. (Considerarei este assunto adiante, na discussão sobre relações interlocais). As conversas com as pessoas sobre a aldeia são manifestamente importantes, uma vez que, nessas discussões, elas ordenam o que consideram ser mais importante. A partir deste aspecto, existem duas perspectivas que se interpenetram, a seguir etnograficamente: a opinião expressa em conversas tidas comigo e as opiniões que os habitantes da aldeia demonstram em conversas uns com os outros, com forasteiros e, talvez particularmente importante, com os intrusos-habitantes da aldeia – os das cidades que estão de visita ou os que vivem em países estrangeiros ou noutras aldeias. Colocam-se aqui questões como a identidade da aldeia e as suas importantes dimensões. (Também tenho falado, tanto quanto me é possível, com emigrantes de vários tipos, uma vez que eles têm razões para terem desenvolvido uma opinião comparativa sobre a aldeia).

A aldeia como um recurso para o desenvolvimento da identidade regional é, em grande parte, a aldeia como recurso para a identidade *tradicional*. Isto decorre do facto da noção de autenticidade ser, por vezes, relacionada com a noção de idade relativa. Uma vez que as aldeias do Alto Douro disputam a sua autenticidade como aldeias do *Alto Douro*, a questão dos usos das tradições mantém-se. Por conseguinte, aquilo que é considerado antigo e parte da região é importante para a produção da região. No entanto, isto é geralmente disputado e os vectores da disputa precisam de ser entendidos. Desta forma, perceber a opinião das pessoas sobre a idade da região e a idade da aldeia em relação à região será fundamental. Apercebo-me cada vez mais da importância desta questão nas conversas com as pessoas, no próprio *sítio*: na fonte datada de 1874, por exemplo, na velha capela no sopé da aldeia, examinando velhas ferramentas, discu-

tindo os nomes das ruas e as supostas visitas ou locais de nascimento de pessoas importantes. A minha preocupação não é com a real, mas com a suposta idade dos materiais referidos. A questão básica que procuro abordar nas entrevistas e nas consequentes observações que me são permitidas é: será que existe um significado para história colectiva local, usado pelas pessoas da aldeia, quando pensam em identidade regional?

As práticas da aldeia (ou localizadas) e o significado de identidade devem ser considerados na sua relação com a organização da aldeia ou as «instituições da aldeia». Neste sentido, o trabalho liga-se à produção de sensibilidade colectiva dos residentes de *Socalcos* e parece estar dividido e um tanto «especializado». Isto é, alguns residentes são mais responsáveis pelas funções da aldeia que outros e esta responsabilidade está, de alguma forma, organizada. Muitas destas funções estão associadas à igreja: a comissão da igreja, por exemplo, e as várias comissões de festas, que têm membros comuns. Uma das importantes questões etnográficas a abordar é: como é que a localidade, enquanto entidade popular baseada na religião – uma vez que o carácter colectivo da localidade parece depender da religião –, pode, ao mesmo tempo, entrar em conflito e ser convergente com as ordens políticas e económicas regionais?

As fronteiras da aldeia são tão importante para a identidade colectiva de *Socalcos* como as suas divisões «internas». Estas fronteiras são concebidas pelos residentes de *Socalcos* em relação com a terra produtiva e sua posse. Assim, estabelecer o que diferentes pessoas de *Socalcos* consideram ser as fronteiras da aldeia torna-se uma importante matéria de estudo. Penso que este assunto é muito influenciado pelas relações entre localidades. Neste sentido, os limites da aldeia podem ser considerados muito menos definidos e menos importantes em relação aos *lugares* formados só por algumas casas e mais definidos e importantes em relação a outras aldeias.

Socalcos, enquanto colectividade aldeã com ligações regionais, é, tal como sugeri, assunto não só de comunalidade, mas também de diferenciação. Nas secções seguintes, sublinho as importantes diferenciações existentes em *Socalcos* e nas suas relações externas com o Alto Douro, como um espaço e uma identidade. Existem relações diferenciadas de género e classe que produzem perspectivas diversificadas sobre a comunidade e vários aspectos da colectividade. A próxima secção discute a forma como a diferenciação de género e classe em *Socalcos* produz esta colectividade. Nesta perspectiva, abordarei a intersecção das mais importantes ordens institucionais no Alto Douro. A secção subsequente mostra que os circuitos extra-regionais de pessoas e produtos – emigrantes e vinho do Porto – seguem caminhos paralelos em *Socalcos* e modelam a colectividade de acordo com diferentes opiniões e conhecimentos sobre o Alto Douro. Finalmente, defendo que *Socalcos* tem relações específicas (conflituais) com uma aldeia pró-

xima, o que ajuda a construir a posição de *Socalcos* no Alto Douro e o Alto Douro em si mesmo como uma região de tantos lugares interligados.

4.2.1. Género e produção de classe na produção aldeã do Alto Douro

A forma de diferenciação social imediatamente visível em *Socalcos* é o género, embora a classe não fique muito atrás. As diferenças de género são visíveis na divisão do trabalho e na participação em diferentes ordens institucionais regionais. A classe figura imediatamente a seguir nesta produção económica diferenciada por género, de forma que, no decurso de diferentes tipos de produção, são produzidos certos tipos de homens e mulheres com certos tipos de posição de classe (propriedade). Fundamentalmente, a produção de uma identidade alto-duriense é determinada, em grande medida, por aquilo que é considerado o seu produto principal: as uvas para produção de vinho do Porto. O género e a classe só podem ser considerados em separado analiticamente. Juntos, fazem com que linhas de tensão atravessem a colectividade. A minha opinião é que as famílias e os grupos de amizade medeiam socialmente essas duas linhas básicas de diferenciação colectiva.

Uma divisão-chave de trabalho que descobri em *Socalcos* é que os homens com vinhas dedicam o seu tempo a trabalhar nas vinhas, enquanto as mulheres passam a maior parte do seu tempo trabalhando em casa²⁷. Nestes domínios, existem centros e periferias: algumas tarefas são consideradas absolutamente masculinas e outras absolutamente femininas. Apesar das mulheres trabalharem nas vinhas, os homens é que são considerados os portadores dos conhecimentos e aptidões mais cruciais sobre a produção vitícola. Os homens dizem que têm que dirigir as mulheres no que respeita a tratar das uvas. Há alguns trabalhos que as mulheres não fazem. Podar é o exemplo principal. Os *lavradores* dizem que esta é a operação mais importante para se obter a produção de uvas de alta qualidade. Esta e outras técnicas são ensinadas aos filhos, sendo estes considerados naturalmente aptos para as realizarem, ao contrário das filhas²⁸.

O trabalho que os homens fazem nas vinhas não é visto unicamente como o controlo do conhecimento. O conhecimento masculino é encarado simbolicamente

²⁷ Apercebo-me do enorme potencial de preconceito que existe ao apresentar os assuntos nesta ordem, na qual a definição masculina das coisas é que ocupa o papel principal. Existe uma razão para utilizar tal ordem, ou prioridade, nesta questão, e tenciono fazê-lo quando tiver um maior conhecimento da auto-consciência feminina, das suas produções próprias e das contestações ao poder masculino.

²⁸ Existe uma divisão do trabalho por géneros não só nas vinhas, mas também nas vinhas e hortas, com as mulheres a fazer mais trabalho nas hortas que nas vinhas, contudo trabalhando menos ali ou sendo vistas como trabalhando menos ali que os homens.

mente como necessário para a produção de um produto marcado pelo género. Um jovem proprietário diz que os homens produzem objectos femininos, dos quais o Alto Douro depende para o seu sustento²⁹.

Entretanto, a classe também é um componente-chave da auto-consciência do género: o jovem que referimos acima é um proprietário de *quinta*, não um trabalhador diário nas vinhas, um pequeno proprietário ou um agricultor em *part time*³⁰. Ele é dono das uvas e da terra de que elas se alimentam. Assim, em *Socalcos*, a auto-definição masculina é produzida em relação com o trabalho, mas também depende da propriedade, da posse da terra. Os jornaleiros sem vinhas produzem, sem dúvida, através do seu trabalho, a sua masculinidade, mas esta é, por vezes, questionada pelas pessoas da aldeia. Os homens que não desempenham trabalho físico, mas que têm vinhas também são também, frequentemente, considerados femininos. Os *lavradores*, que detêm e trabalham a terra, são considerados os mais masculinos, porque não só são donos de vinhas como também as trabalham, como um «homem» deve fazer. Os *lavradores* parecem, então, ser as chaves para a produção de ideais da identidade masculina, de classe e de comunidade em *Socalcos* e no Alto Douro. A identidade regional (sempre local nas suas referências) é parcialmente produzida onde se produz a masculinidade: na posse, mas numa forma de posse que implica trabalhar o que se possui. Esta perspectiva levanta a importante questão dos elementos masculinos ricos. Presumivelmente, eles não produzem a sua masculinidade de acordo com a norma do *lavrador*. Nesse caso, o que é que eles podem ter para negociar relativamente à sua identidade de género? A resposta deverá assentar, em parte, na sua trajectória de classe como proprietários.

Os homens de *Socalcos* estão empenhados em produzir para si próprios uma identidade masculina que os coloque em boa posição moral local. É ao produzirem este estatuto local que se definem como bons lavradores do Alto Douro. Mais ainda: quanto mais bem sucedidos forem localmente, melhores serão consideradas as suas uvas e mais disponível se tornará para eles a vasta informação sobre agricultura do Alto Douro. Por exemplo, qualificar-se-ão para empréstimos para expansão da vinha ou tomarão conhecimento sobre os exportadores a quem, na

²⁹ «As uvas – diz ele – são como as mulheres: é preciso dar-lhes mimos para que elas nos sejam fieis; se não tratarmos bem delas, não nos dão o que queremos».

³⁰ Em *Socalcos*, as classes sociais são diferenciadas pela posse de propriedades e pelo trabalho, com os *proprietários* (no topo da escala social) sendo donos de terra e empregando trabalhadores agrícolas, *lavradores* sendo donos de pequenas propriedades e trabalhando-as eles próprios, juntamente com a família, e *jornaleiros* não sendo donos de terra e trabalhando nas propriedades de outras pessoas. No sector não agrícola, a estrutura de classe é semelhante, sem a classe do *proprietário*: na construção civil, por exemplo, há pequenos empreiteiros e trabalhadores. Existe uma base patriarcal para todas estas categorias, da qual eu espero delinear a lógica e fazer a crítica na minha dissertação.

altura própria, será mais proveitoso vender, não só através do seu nível económico, mas também através do seu nível social.

A identidade masculina é produzida não precisamente nas vinhas, mas nas tas-cas e cafés, no largo (onde jogam o *pino* depois do trabalho e sobretudo aos fins-de-semana) e nos campos de futebol locais. No entanto, as vinhas mantêm-se centrais em tudo isto, como um assunto de discussão e comparação.

Enquanto a vinha é vista como um lugar central para a produção de masculinidade, a casa é vista como o sítio de produção de feminilidade. As mulheres controlam o conhecimento fundamental para a produção do lar e, apesar de afirmarem que poderiam aprender as tarefas domésticas se as mesmas tivessem valor, os homens dependem claramente delas (e tacitamente valorizam-nas). Tal conhecimento inclui a preparação das refeições, a limpeza da casa e o cuidar dos filhos.

Da mesma forma que o género masculino em relação às vinhas, também o género feminino é produzido diferentemente por classe. Por isso, o modelo de relação com o lar é aquele em que a mulher é a dona da casa (se for casada, esta posse é, muitas vezes, conseguida através do marido). Não ser dona de uma casa é ser considerada uma mulher de baixa condição, e, curiosamente, ser rica o suficiente para contratar criados coloca muitas vezes a mulher fora do domínio da feminilidade modelo. Quanto mais uma mulher consegue concentrar a sua actividade espacial no lar, mais elevada se supõe ser a sua posição de classe. Quanto mais pobre é a mulher, por exemplo, mais tempo ela tem que passar fora de casa, trabalhando nas vinhas para outros proprietários.

A produção da identidade feminina também acontece fora de casa, em zonas que se sobrepõem com as zonas masculinas: na rua, onde falam com os seus vizinhos sobre acontecimentos locais recentes, nas hortas, onde se ocupam de diversos trabalhos, como colher os vegetais, com os seus filhos, no lavadouro público, onde os homens nunca são vistos, na igreja, com a sua população predominantemente feminina, no café, depois da igreja, aos domingos à tarde, nas vinhas, nos bailes das festas da aldeia, no leilão para a festa. Esta produção acontece principalmente em práticas que envolvem outras mulheres³¹. Práticas físicas diferenciadas por género também alteram o carácter das tarefas levadas a cabo ao serem produzidas as identidades. Por exemplo, os homens carregam às costas coisas que as mulheres carregam à cabeça. Isto é o mais próximo de uma regularidade absoluta de género que se pode encontrar no Alto Douro. Evidentemente, o facto de se carregar alguma coisa é uma questão de classe e vê-se sempre as pessoas pobres a carregar coisas, enquanto as ricas quase nunca. Mas onde é que esta

31 As danças são talvez os *loci classici* para ver esta divisão diferenciada por género da produção de género. É considerado normal que uma mulher dance quer com homens, quer com mulheres. Homens a dançar com homens é considerado vergonhoso.

prática da identidade de género – que, claramente, nunca é só isso³² – é produzida? Parte da resposta está na intersecção da família com a aldeia e com os seus observadores³³. A identidade é, em parte, produzida pela execução de trabalho, à vista de quem quer que passe na rua ou espreite pela janela³⁴.

As identidades de género e classe femininas e masculinas não são apenas auto-produzidas em actividades do próprio sexo, mas ainda através de diferentes relações sociais, principalmente as de família e dos grupos de amizade, que se sobrepõem. Em casa, os homens bebem e as mulheres não, e eles explicam aos seus filhos porquê: «as mulheres são muito fracas para aguentar o álcool». Tanto os homens como as mulheres socializam as crianças, e os grupos de amizade de um só sexo (que são a norma em *Socalcos*, desde que as crianças atingem a idade escolar até perto do fim da adolescência) também fazem um importante trabalho de socialização. Esta socialização continua ao longo do curso de vida, com as pessoas a controlarem o comportamento umas das outras.

4.2.1.1. Famílias

A socialização em identidades enforma a formação de famílias. As famílias são, em muitos aspectos, as unidades sociais que decidem, de uma maneira largamente «política», quem coopera e quem compete para a posição na comunidade. Neste sentido, ao produzirem a casa, as mulheres estão também a produzir a estabilidade económica da família e a sua estima aos olhos de *Socalcos*. Da mesma forma, os homens estão a produzir o sustento para a sua família como um todo para merecer consideração em *Socalcos* e no Alto Douro. As famílias são identidades fundadas no género. A sua força ou fraqueza baseia-se na posse de vinhas e casas e na forma como os indivíduos que a compõem desempenham, no seu trabalho, os papéis específicos de género que têm aprovação da comunidade. Até que ponto esta divisão de género é *ideologicamente* rígida, ao mesmo tempo que *praticamente* flexível, é uma questão basilar que estou a acompanhar muito de perto no meu trabalho de campo.

4.2.1.2. Grupos de amizade

As famílias relacionam-se, por seu turno, com o espaço da aldeia, parcialmente por meio dos grupos de amizade que criam e controlam o espaço local. Estes gru-

³² Trata-se também de uma prática de reprodução, através do transporte de alimentos que serão preparados para o seu consumo.

³³ Nem só os etnógrafos são observadores-participantes. Pertencer a uma localidade é também, em parte, ser um observador dela.

³⁴ A estrutura com a configuração de anfiteatro de *Socalcos* só pode acentuar este aspecto de produção de identidade.

pos têm uma importância específica entre os jovens, ao produzirem orientações relatiamente ao espaço de *Socalcos* e para além dele, e no que respeita às divisões entre géneros. O controlo pode ser visto de forma importante nas *alcunhas*, que são atribuídas mais frequentemente a homens que a mulheres. Quando um homem jovem desce uma rua de *Socalcos* ou entra num café, é possível que outro homem grite a sua alcunha. Se as mulheres têm tais alcunhas, são geralmente «herdadas» dos seus pais. As alcunhas surgem nos grupos de amizade de rapazes novos e ficam para toda a vida. Toda a gente na aldeia acaba por os conhecer pela sua alcunha. Os grupos de amizade em questão movimentam-se muito livremente nas ruas, entrando, muito regularmente, em contacto com homens adultos (estes também em grupos), o que encoraja ainda mais o uso das alcunhas desenvolvidas pelos mais novos. Assim, estes nomes tornam-se correntes entre os homens e são uma das formas como o espaço é habitado pelos homens: o som gritado das *alcunhas*. As raparigas, especialmente depois dos 10 ou 11 anos, passam muito mais tempo em casa, ajudando as mães, enquanto os rapazes saem com os amigos. Não quer isto dizer que as raparigas não tenham amigas, mas sim que elas tendem a visitar-se umas às outras nas suas casas. O seu espaço é, desta forma, recriado como uma das casas, mesmo quando as suas actividades não são actividades domésticas.

O espaço fora da aldeia é criado pelos grupos de amizade masculinos, muito mais que pelos femininos. Em parte, isto acontece devido às rotinas do trabalho diário, nas quais a presença dos homens fora da aldeia, nas vinhas ou nas hortas em *socalcos* é mais comum que a das mulheres. O mesmo se verifica no caso das práticas tradicionais ou religiosas. Desta forma, em 3 de Agosto, grupos de rapazes solteiros entre os 16 e os 30 anos viajam até uma capela situada no monte acima de *Socalcos*, no local onde os limites de três *freguesias* se encontram, acampando ali durante a noite³⁵. Outro exemplo é a Véspera de Natal, altura em que os rapazes se metem em camiões e vão pelas estradas de terra que partem da aldeia, recolhendo grandes cepos e troncos para fazer a tradicional fogueira na praça principal. Fazendo isto, eles atravessam várias limites de *freguesia*. De seguida, voltam à praça principal da aldeia, descarregam os cepos e os troncos numa grande pilha para queimar e começam a falar com os homens mais velhos – que se reuniram ali e na *tasca* próxima – sobre as suas explorações e raio de acção. Os homens mais velhos comparam o que ouvem com as experiências da sua própria juventude.

Numa certa idade, os jovens – rapazes e raparigas – criam grupos mistos de

³⁵ Esta capela era, tradicionalmente, visitada por todos, mas agora são principalmente os homens jovens que fazem a viagem. A tradição está a desaparecer e os jovens sentem-se responsáveis pela sua conservação, perante as gerações mais velhas que demonstram muito pouca fé na sua capacidade para o conseguir.

amizade e, nestes, através das suas ideias de tradição, marcam *Socalcos* e as suas fronteiras, assim como outros lugares afastados mas significantes. Fazem-no em grupos de casais, durante passeios nocturnos ao longo das estradas locais, até pontos de encontro, onde brincam, *flirtam*, namoram, olham para as estrelas... Estes mesmos grupos também visitam várias festas (festivais de aldeias, geralmente em honra dos santos patronos), no Verão, a 20 ou 30 quilómetros de distância, onde se toca música e eles dançam³⁶. As comparações entre as suas viagens são feitas, depois, em conversas com os mais velhos. Penso que um tipo de regionalidade é produzido nestas actividades em que se criam percursos. Uma forma de estudar esta regionalidade é seguir as discussões sobre a que festas ir, quando ir, bem como sobre os méritos comparativos das diferentes festas, em diferentes lugares e tempos.

4.2.2. A intersecção generativa: *Socalcos* como um nexó institucional do Alto Douro

Género e classe não operam sozinhos em *Socalcos*; eles são mediados através dos grupos de amizade e da família, como já referi. Mas estas mediações articulam-se com instituições mais «formais», que se intersectam nas vidas diárias das pessoas de *Socalcos* (e de outras aldeias do Alto Douro) e que ajudam a criar outras diferenciações. A Casa do Douro é, como já mencionei, uma instituição à qual todos os proprietários de vinhas, por lei, têm que pertencer. Além disso, o Estado português tem exigências mais vastas, que se aplicam a todos os cidadãos. A Igreja Católica é uma terceira instituição que comanda, a um certo nível, o envolvimento de quase todas as pessoas de *Socalcos*. Estas instituições fornecem à colectividade de *Socalcos* – colectividade diferenciada e em desenvolvimento – regras, rituais e imagens, às quais os aldeões não só se submetem, como reconfiguram, nos seus esforços locais para fazer e refazer um lugar para eles próprios, enquanto rapazes e raparigas, homens e mulheres, ricos ou pobres, em *Socalcos* e no Alto Douro. De seguida, apresentarei, sucessivamente, as três instituições mais importantes.

4.2.2.1. Instituição económica regional

Socalcos está rodeada por vinhas, plantadas nas suas íngremes encostas. Todas essas vinhas estão sob a jurisdição da Casa do Douro, situada a 20 milhas, descendo o rio Douro, na Régua. Quando um viticultor quer comprar terra de

³⁶ Os poucos rapazes que têm acesso a carros (geralmente as raparigas jovens não o têm) vêm-nos rapidamente cheios com os que querem ir às festas.

vinha, é, regularmente, obrigado a registá-la na Régua. O *cadastro*³⁷ permite-lhe vender as suas uvas a preços de vinho do Porto, a um certo nível, cada ano. Se estiver a plantar novas vinhas, terá de usar plantas americanas (*porta-enxertos*), que comprará em Janeiro, na feira semanal da Régua³⁸. Um ano depois, ele pode enxertar a casta de videira que escolheu nos *porta-enxertos* americanos. Durante o primeiro ou segundo ano, este viticultor precisará de comprar esteios de xisto produzidos no Douro Superior, em Vila Nova de Foz Côa, ou esteios de madeira, mais caros mas menos frágeis e mais facilmente transportáveis, normalmente comprados na Régua. Começará também a aplicar às vinhas vários produtos sulfurosos, como salvaguarda contra as doenças do oídio e do míldio. Mais uma vez, irá à Régua ou ao Pinhão para comprar estes produtos químicos em grandes sacos plásticos, ou pedirá a alguém que tenha um camião para os ir buscar. Quando as suas vinhas produzirem uvas, começará a receber, pelo correio, os avisos de *benefício*³⁹, em Setembro, antes das vindimas. Normalmente, toda a gente em *Socalcos* recebe o aviso de *benefício* dentro dos mesmos dias. É frequente o proprietário, ou o seu agente local, acharem que a listagem do computador é um erro. Isto requer uma viagem à Régua para corrigir o benefício, dando, muitas vezes, origem a grande frustração, largamente falada em *Socalcos*.

Muitos dos viticultores de *Socalcos*, como a maioria dos viticultores do Alto Douro, vendem as suas uvas aos grandes produtores de vinho do Porto que têm instalações de processamento nas proximidades. Actualmente, existem dois produtores independentes que fazem vinho em *Socalcos* e que seguem uma lógica diferente: um compra uvas aos lavradores locais para juntar às suas, vendendo-as, depois, a uma firma estrangeira; o outro é uma *Quinta* que produz vinho do Porto, usando quase exclusivamente as suas próprias uvas. No tempo das vindimas, em Setembro ou Outubro, os pequenos viticultores organizam as suas famílias, mas, se têm falta de gente, contratam equipas de vindima que demoram cerca de uma semana a apanhar as uvas. Os emigrantes que têm vinhas procuram visitar *Socalcos* nesta altura; se não o podem fazer, têm um administrador contratado para levar a cabo o trabalho de organização. A *Quinta* de *Socalcos* acolhe trabalhadores de fora da região, indo o seu capataz buscar 20 pessoas, trazendo-as para *Socalcos*, onde ficam, e voltando a levá-las para as suas aldeias-natal duas semanas depois. Os viticultores que vendem as suas uvas para vinificação registam o seu *benefício* com o comprador que as leva. O vinicultor combina, então, as uvas com outras que vão sendo trazidas e, numa determinada altura, junta *aguardente*

³⁷ Ver acima (em «Parte de uma rede maior»), para uma descrição de *cadastro*.

³⁸ Esta prática tornou-se obrigatória, desde o fim do séc. XIX, quando a filoxera destruiu todas as regiões vitícolas europeias. A praga atacou as raízes. Descobriu-se que as raízes americanas eram resistentes à doença e, desde então, estas têm sido usadas para as novas plantações, no Alto Douro.

³⁹ Ver acima (em «Parte de uma rede maior»), para uma descrição de *benefício*.

ao *mosto*, travando a fermentação e mantendo o vinho doce. Este é o passo básico para se fazer vinho do Porto.

A vida de trabalho de *Socalcos* é imensamente influenciada pela instituição económica regional designada Casa do Douro. Para além desta influência, a indústria vinícola estrutura a actividade da aldeia. Durante as vindimas, as actividades de colheita e transporte das uvas e de vinificação dominam o ritmo da aldeia. A unidade de vinificação trabalha toda a noite. Até as pessoas que, normalmente, não trabalham na vinha deitam mãos à obra. Muitas mulheres e crianças trabalham, por exemplo, cortando uvas. Contudo, esta actividade laboral não é puramente económica na sua organização. Quem trabalha para quem é, em grande medida, estruturado pelo facto de se pertencer a uma família ou a grupos de amizade. Existem, no entanto, outros factores, como se tornará evidente em secções subsequentes.

4.2.2.2. Instituição política regional

Socalcos é também localizável pelas coordenadas do mapa político. Os seus residentes, enquanto cidadãos portugueses, são distribuídos pela administração do Estado português em *freguesias* e *concelhos*. Para poderem votar, a qualquer nível, têm que estar registados de acordo com as regras definidas nacionalmente. Para votar, têm ir à *Casa do Povo*, na sede de *freguesia*, que, neste caso, é a sua própria aldeia. Contudo, não é só por estas razões que a acção política em *Socalcos* é um assunto local. Além disso, a política eleitoral está aqui empenhada em termos de partidos políticos nacionais. De quatro em quatro anos, realizam-se eleições para a Junta de Freguesia e para a Câmara do Concelho e a votação é feita de acordo com as listas partidárias.

Contudo, na *freguesia* de *Socalcos*, os resultados eleitorais dependem da tradição e de filiações locais. Nas eleições para a Assembleia de *freguesia*, o Partido Socialista ganhou todos os anos, desde que a Revolução de 1974 restaurou as eleições democráticas em Portugal. Diz-se que a razão para isso é a posição política de um grande proprietário de *Socalcos*, que se movimenta em altos círculos do Partido Socialista, a presença de outros grandes viticultores de *Socalcos* no partido (e no governo da *freguesia* e do *concelho*) e a hegemonia que a aldeia de *Socalcos* tem sobre o resto da *freguesia*. Não se quer com isto afirmar a não existência de batalhas político-partidárias na aldeia de *Socalcos*; o que se quer, de facto, dizer é que estas batalhas se dão mais de acordo com uma lógica de família e de grupos de amizade do que de ideologias partidárias.

Como as mulheres de *Socalcos* quase nunca são vistas como actores políticos de direito próprio, embora denunciem frequentemente a política como uma forma de demência masculina, os seus papéis nestes assuntos de família e amizade estão escondidos do público, tornando-se importante desvendá-los.

Talvez a instituição política mais importante em termos de desenvolvimento de identidades das pessoas, enquanto habitantes de *Socalcos* e do Alto Douro, seja a escola local. Isto porque, na escola, através de pedagogias orientadas pelo Estado, livros e mapas, as crianças aprendem sobre a sua região e o seu lugar nela. Alguns desses livros escolares defendem que o Alto Douro é especial porque é a região produtora do vinho do Porto; basicamente, eles dão a entender que todos os que lá vivem são viticultores, com características semelhantes. Isto é importante para fornecer às crianças e à juventude elementos simbólicos comuns que, de certa forma, as unificam nas suas próprias imagens como habitantes do Alto Douro. Esta unificação funciona, porque as crianças encontram as mesmas imagens e porque elas sabem que outros, incluindo os estudantes que não são do Alto Douro, se deparam com essas mesmas imagens.

Não obstante, *Socalcos* tem as suas formas sociais locais que ajudam a reformular as imagens produzidas pelo Estado, transformando-as em elementos culturais locais de classe e género. Aqui, como noutros sítios, os estudantes não absorvem simplesmente a informação e as identidades que lhes são impostas através da organização formal e do currículo da escola. Eles criam a sua própria informação e identidades. Assim, os livros escolares apresentam, frequentemente, a família viticultora de uma forma um tanto estereotipada e os estudantes irão comparar a sua experiência com essa imagem, tentando dar-lhe um sentido. A lição tirada desta imagem difere de caso para caso, dado que essa experiência varia fortemente de acordo com a classe e com o género, com alguns estudantes a trabalharem, muitas vezes, nos campos ou a verem os seus pais a trabalhar, enquanto outros se limitam a observar esse trabalho.

Além do mais, os grupos de amizade estudantis, compostos maioritariamente por crianças do mesmo sexo oriundas de diferentes classes sociais, trabalham de forma criativa quer as imagens e ideias da escola, quer as experiências familiares. Num grupo de rapazes, um rapaz da escola proclama que o seu pai é como o lavrador do Alto Douro que se vê no livro de textos e os outros censuram-no, dizendo que o seu pai não faz mais do que tomar conta das uvas de outros homens. Este tipo de experiência forma opiniões compostas sobre o pai e sobre si próprio, no contexto de *Socalcos* e do Alto Douro⁴⁰. A estudante cujo pai e mãe dirigem a padaria (ou um estabelecimento similar) mostrou como a imagem da família camponesa do Alto Douro se pode sobrepor com a sua identidade, apesar da sua posição entre os amigos – em parte baseada no respeitado estatuto de cidadania e de integração na igreja de que goza a sua família – não ser muito afectada com isso. A produção de classe e género de uma identidade do Alto

⁴⁰ Depois do jardim infantil, nem todas as crianças vão para as escolas das aldeias; no entanto, é possível encontrar nestas uma mistura razoável de classes.

Douro entre os estudantes deveria revelar-se fora e dentro da escola, usando materiais culturais das famílias dos estudantes, da escola e do seu desempenho e da experiência de trabalho, construindo centros e periferias sociais. Assim, não se trata duma questão de «identidade regional» em termos de pensar em si próprio relativamente a um espaço regional mais vasto, «fora» da aldeia, mas, antes, de trabalhar com material «regional» que, em termos locais, sirva propósitos sociais.

4.2.2.3. *Instituição religiosa regional*

A capela e a igreja de *Socalcos*, mantidas pela comissão da igreja, estão dependentes da estrutura institucional da Igreja Católica para uma grande parte da sua força e significado. A igreja baptiza os paroquianos e dá-lhes a primeira comunhão. Mais importante que isso, localiza-os. Se eles querem casar fora da *paróquia*, a igreja mantém-se informada dos seus movimentos através dos registos de casamento, que anotam dados sobre o local de nascimento da noiva e do noivo, assim como os respectivos locais de residência.

A igreja de *Socalcos* é um lugar para a expressão da identidade local dos paroquianos, assim como das suas filiações católicas mais amplas. Isto é indicado por objectos que ficam na igreja, ao longo de todo o ano: o estandarte da Irmandade de *Socalcos*, as grandes cruces, que abrem os cortejos fúnebres, e o pátio sob o qual o padre atravessa a aldeia na procissão do Corpo de Deus. Contudo, *Socalcos* produz o seu carácter religioso de uma maneira complexa. A comissão da igreja é composta por respeitados cidadãos de *Socalcos*. No entanto, a maior parte dos assistentes à missa são mulheres e crianças. Os homens que vão à missa tendem a ser de uma classe social mais elevada. Isto levanta questões sobre como é que a identidade religiosa é formada ao mesmo tempo que as identidades de classe, masculinas e femininas.

Estas instituições regionais intersectam-se nas vidas das pessoas de *Socalcos*. Os noivos casam-se na igreja, mas precisam da autorização do registo civil do *concelho* onde se casam. Ao tornarem-se agricultores e membros da Casa do Douro, os estudantes são influenciados pelas expectativas dos seus pais e vão conjugar o que sabem sobre o trabalho da sua família e o que aprenderam na escola sobre a agricultura, a identidade e o Alto Douro. A escola desempenha um papel cada vez mais forte neste processo, à medida que um número crescente de estudantes fica mais anos na escola e que a viticultura se torna mais técnica.

Tais intersecções colocam exigências concorrentes às pessoas de *Socalcos*, o que, em várias circunstâncias, poderá dar origem a confusões e conflitos. Estes são espaços momentâneos onde as soluções criativas e as periodizações das pessoas de *Socalcos* podem ser estudadas etnograficamente, face ao que elas reve-

lam sobre as várias estruturas localizadas e sobre o seu papel na produção e alteração dessas estruturas e de si próprios.

4.2.3. *Consumo, viagens e residência na produção do Alto Douro*

As pessoas de *Socalcos* são diferenciadas por outras condições além do género, classe e posição institucional. Assim, se todos são produtores, também são consumidores. São ainda viajantes e residentes de diferentes tipos. Consumindo produtos particulares, produzem a sua classe e o seu género e, mais ainda, as suas identidades de *Socalcos* e do Alto Douro. O vinho, claro, é chave. Muitas pessoas «de» *Socalcos* deixam a aldeia e levam uma existência que separa as suas identidades, ou lugares de identidade, entre cidade e aldeia, Portugal e estrangeiro. O conhecimento que desenvolvem no espaço desta divisão confere ao Alto Douro um novo significado aos seus olhos, suas mãos, seus pés e seus planos; este significado é reelaborado por elas de acordo com as remodelações que fazem das posições de classe e de género, trazendo para a aldeia novas práticas e nova riqueza, quando vêm de visita e, especialmente, quando voltam para ficar.

Se o Alto Douro é mais do que um simples expediente literário para fornecer um contexto para a discussão da vida quotidiana das pessoas de *Socalcos*, isso deve-se ao facto dessas vidas estarem envolvidas num processo que elas próprias ajudam a configurar. É suposto que o conceito de produção faça sobressair esta ideia. Mas a produção é um processo que envolve consumo e movimentos no espaço de produtos e pessoas, conferindo significado a esse mesmo espaço.

Ao produzirem os seus meios de subsistência, as pessoas de *Socalcos* precisam de consumir produtos, sendo estes produzidos a uma maior ou menor distância da aldeia. Talvez o produto consumido que tem um significado mais local seja o vinho. Faz sentido que, sendo produtores de vinho, os homens de *Socalcos* bebam muito. Fazem-no, certamente, nas suas casas, ao almoço e ao jantar, mas, mais ainda, no café e *tasca* locais. Contudo, o vinho que bebem não é vinho do Porto (que só é consumido em ocasiões especiais, como o Natal), mas sim vinho de mesa. Mais estranho ainda é que só muito raramente este vinho seja produzido em *Socalcos*. Não obstante, ele provém da região demarcada do Alto Douro, sendo geralmente de produtores privados ou de cooperativas da sub-região do Cima Corgo, à qual *Socalcos* pertence. Ao bebê-lo, os homens discutem as suas qualidades e, portanto, constroem ideias em grupo sobre a diferenciada geografia do vinho do Alto Douro: Trevões produz um vinho fraco, concordam eles, enquanto Nogueira oferece um produto forte e bom.

Só os ricos bebem vinho das garrafas de 0,75 litros, que estamos habituados a ver nas prateleiras das mercearias, expostas para os turistas, na vila próxima do Pinhão e, até, nos cafés de *Socalcos* (aparentemente para os turistas). Se o vinho é

comprado para consumo de casa, ele é trazido da *tasca* ou do café em *garrações* de 5 litros ou em garrafas de Coca-Cola, cheias a partir de *garrações*. O vinho é considerado uma parte da vida local, embora o que é consumido não seja, por norma, produzido localmente. Mais ainda, o vinho é considerado uma parte da vida rural, ainda que, nas conversas, não seja geralmente registado neste sentido. Os homens sabem que, se forem a um café em Fontelas, podem conseguir obter um copo de vinho no bar, apesar dessa aldeia quase não produzir vinho. Sabem também que, num café de Vila Real, pedir um copo de vinho marca uma pessoa não só como «rústico», mas também como «bêbedo», enquanto pedir um copo de cerveja estigmatiza muito menos socialmente.

Nesta perspectiva, o consumo do vinho do Alto Douro é uma marca de identificação social, identificando uma pessoa como sendo do Alto Douro, no lugar. Contudo, o consumo do vinho do Alto Douro fora do Alto Douro também acontece, talvez não em Vila Real, mas noutros países. Claro que isto acontece sempre e em todo o mundo entre os consumidores de vinho de Porto. No entanto, entre aquelas pessoas com raízes no Alto Douro acontece de formas inesperadas. Os emigrantes de *Socalcos* em França, por exemplo, começaram a consumir mais vinho do Porto quando se estabeleceram fora de Portugal; antes, não o compravam. Compram-no em França, mas compram muito mais em Portugal, durante as suas visitas, ou levam-lho os seus parentes, quando os visitam em França. Consumir o vinho é uma forma de produzir laços simbólicos com o Alto Douro, o que, provavelmente, não era praticado antes da emigração. Neste caso, viajar alterou o significado da região, inserindo mais o produto no centro da vida dos emigrantes, em matéria de consumo. Como é que este novo consumo externo do Alto Douro pelos seus emigrantes está a influenciar a identidade daqueles que ficam é uma importante questão em aberto. Em *Socalcos*, quando um emigrante vem à aldeia em Agosto, especialmente se tem vinhas que estão a ser cuidadas pela família ou por um encarregado, tem muito a dizer sobre a região e a sua opinião é escutada com razoável interesse, desde que, na sua posição de «estrangeiro da terra», não se considere que ele se está a armar.

De facto, diz-se em *Socalcos* que os dois cafés da aldeia são o resultado da emigração para França. Eles foram abertos há cerca de dez anos por pessoas que tinham estado emigradas e que, além disso, tinham parentes e conheciam muitos emigrantes. À medida que os filhos desses emigrantes chegaram a uma certa idade e que os pais se habituaram mais à vida em França, desejavam encontrar um ambiente semelhante àquele a que estavam habituados. Tinham dinheiro para gastar. Então, os cafés abriram e, desde essa altura, têm feito um grande negócio, claro está, não só com os emigrantes. Durante todo o ano, o café é o centro da actividade social, especialmente entre os homens. A *tasca*, o tradicional lugar de reunião dos homens, está, segundo alguns, a perder clientela, especialmente

entre os jovens. O consumo de muitos artigos – sendo o café muito importante entre eles – está agora mais separado da casa do que anteriormente. Em parte, foram as viagens que tornaram o consumo em *Socalcos* uma prática social separável das outras. Paralelamente, perdeu-se a noção do consumo da «aldeia local», como uma espécie de produto-nostalgia para os emigrantes em férias, e o Alto Douro tornou-se, também para eles, uma área para o consumo de paisagens. Isto teve um impacto na maneira como os que ficaram entendem a sua aldeia e o Alto Douro, o que estou a tentar compreender na minha pesquisa.

4.2.4. *Relações interaldeias no Alto Douro*

Em *Socalcos*, entre as pessoas que ficam, como entre as pessoas que emigram e regressam, a vida não é só feita a produzir uvas e vegetais, competindo e cooperando uns com os outros pela posição da aldeia, indo à missa ou redefinindo a aldeia e o Alto Douro nos termos fornecidos pelo *marketing* e pela experiência internacional. As pessoas em *Socalcos* têm relações – mais estreitas ou mais distantes, densas ou raras – com as aldeias à sua volta. Mas têm uma rivalidade ferrenha com uma em particular: *Cimo*, a sete quilómetros, estrada acima. A rivalidade é, provavelmente como outras na região, uma forma através da qual as pessoas experimentam uma vida alto-duriense.

Esta rivalidade decorre a muitos níveis. Funciona ao nível da política, ao nível da economia e ao nível da classe e do género. As relações familiares não se estendem muito – a ponto de cruzarem a linha divisória entre *Socalcos* e *Cimo* –, dado que ocorrem pouquíssimos casamentos entre residentes das duas aldeias. No entanto, as relações de amizade estendem-se nesse espaço um pouco mais frequentemente.

A nível da política, *Cimo* considera-se subordinado de *Socalcos*, que tem sido a sede da freguesia desde há séculos. Por isso, *Cimo* quer ser sede da sua própria freguesia. É compreensível, uma vez que, actualmente, a aldeia tem a mesma extensão de *Socalcos* e os seus residentes querem poder tratar dos seus assuntos na Junta de freguesia em *Cimo* e não em *Socalcos*. Os partidos políticos também estão envolvidos na tentativa de separação, com a maior percentagem de apoiantes do Partido Social-Democrata, na freguesia, vindos da aldeia de *Cimo*. Eles votam assim, diz toda a gente da freguesia, porque se conseguirem pôr os candidatos da sua aldeia na Junta de Freguesia, podem começar o processo de separação ou, pelos menos, mudar a sede de freguesia para *Cimo*.

O nível económico complica este quadro. *Socalcos* tem há muito um maior envolvimento na economia do vinho que *Cimo* e os trabalhadores de *Cimo* vão trabalhar nas vinhas dos grandes viticultores de *Socalcos*. A economia local de *Cimo* tem sido, desde há muito tempo, mais baseada na auto-subsistência que a

de *Socalcos*, cultivando mais os seus próprios produtos e mantendo muitos mais burros e bois para trabalho, assim como vacas leiteiras. Estas são coisas que tanto as pessoas de *Socalcos* como de *Cimo* consideram uma marca de atraso. Agora, *Cimo* tem um crescente número de vinhas importantes, mas ficando a maior altitude que *Socalcos*, as suas uvas atingem uma graduação mais baixa e, conseqüentemente, um menor *benefício*. Por conseguinte, a rivalidade também é visível entre as antigas e as actuais relações económicas de subordinação e dependência e a simples diferença de nível médio de riqueza.

Ao nível do género, as diferenças locais entre *Socalcos* e *Cimo* são, por vezes, figuradas no vocabulário de masculinidade e feminilidade e de uma forma algo inesperada. Assim, aos olhos da população de *Cimo*, as pessoas de *Socalcos* são consideradas menos masculinas e mais fracas, devido ao seu forte envolvimento na produção de vinho e à sua comparativa riqueza e bem-estar. Os residentes de *Socalcos* não têm normalmente grandes discussões por causa disto. Dizem que as pessoas de *Cimo* são mais primitivas e que, claro, trabalham mais. É por isso que lhes chamam «Galegos». A importância da masculinidade altera-se claramente, consoante o contexto é pessoal ou colectivo, local ou interlocal.

Este conflito, em vários planos, entre as duas localidades tem conseqüências. Em parte, o conflito é sobre as suas posições dentro do Alto Douro como região económica, religiosa e política. Assim, a luta política faz-se pela localização espacial da administração, que *Socalcos* não quer ver mudada. Na altura das eleições, os políticos de *Socalcos* apelam para este localismo e a aldeia concentra-se em si própria, como uma entidade colectiva. O mesmo se passa em relação à religião local. *Cimo* quer ter a sua própria igreja e continua a lutar para que tal estatuto seja concedido à sua capela. Os de *Socalcos* querem que a única igreja da *freguesia* seja em *Socalcos* e a identidade colectiva é, mais uma vez, reforçada. Em relação às uvas e ao acesso ao *benefício*, embora as pessoas de *Socalcos* não falem muito sobre isso, suspeito que elas têm medo que, com *Cimo* a produzir mais, *Socalcos* se qualifique para menos. Não há nada que possam fazer a esse respeito, a não ser sentirem-se pouco à vontade; contudo, se é verdade que o desenvolvimento económico tem alguma coisa a ver com o controlo espacial sobre as instituições políticas locais e os padrões políticos baseados na aldeia, então as suas tentativas para preservar a integridade das instituições locais também têm uma racionalidade económica. Isto também podia ter conseqüências no padrão espacial de posse da terra, com os agricultores de *Socalcos* vendendo e comprando terra uns aos outros, cerrando fileiras contra forasteiros, devido a uma visível ameaça territorial de um rival regional. Em parte, a posse da pequena propriedade em todo o Alto Douro poderia ser estruturada por razões semelhantes. As conseqüências de classe destes conflitos, como os que se verificam entre *Socalcos* e *Cimo*, também podiam ser tais que as divisões internas de classe fos-

sem desviadas para relações colectivas externas. O resultado disto é a produção do Alto Douro como uma região de pequenas comunidades colectivas, através dos interesses das elites locais, dirigindo a energia política para fora e para longe de si próprias, em direcção a alvos isoláveis e convenientes.

5. CONCLUSÕES

A sociedade duriense não é homogénea, mas produz algumas unidades através das suas diferenças. Não se trata unicamente de pessoas que vivem num mapa, com uma linha delimitadora à sua volta, etiquetada Alto Douro. São pessoas que produzem um espaço de vida e de trabalho, designado Alto Douro. Quando a região é retirada às pessoas, é difícil compreender isto. Pode pensar-se que os viticultores em *part-time* não se preocupam com as suas uvas, tratando-as como um *hobby*. Os habitantes da aldeia podem ser considerados os solícitos instrumentos de qualquer política agrícola que o governo pense ser melhor para eles. Podem ser facilmente considerados rústicos, todos envolvidos na produção de vinho e vivendo em aldeias compactas, situadas em íngremes encostas em terraços, «porque» são camponeses. Se as próprias contribuições das pessoas para a produção dos seus locais e suas regiões não forem estudadas na sua complexidade, estas ideias estão, na melhor das hipóteses, incompletas. .

Espero que a minha dissertação possa mostrar como é que o espaço chamado Alto Douro é uma zona não só de produção de uvas, mas também um espaço disputado, de diferentes formas, por diferentes grupos. As uvas são produzidas para um mercado prestigiado e existe uma instituição – a Casa do Douro – que, em muitos aspectos, define a região que está envolvida nessas disputas. Contudo, existem outras pessoas que vivem na aldeia que não produzem uvas ou que desempenham um papel geralmente não reconhecido na sua produção: crianças, mulheres, trabalhadores sem terras e pessoas com ocupações não relacionadas com a produção de uvas. Perceber como é que essas pessoas – e não só os donos de *quintas* e *lavradores* – fazem a região chamada Alto Douro e são feitas por ele torna-se num importante projecto de recuperação. Penso que estudar a forma como essas pessoas se relacionam umas com as outras numa localidade com uma noção colectiva de si própria é uma parte importante para se entender o Alto Douro: é aqui que essas pessoas dão sentido a cada uma das outras nas suas diferenciações, enquanto mantêm uma inevitável ligação com a íngreme terra de cultivo que as sustenta. Tais aldeias não estão a desaparecer.

A minha contribuição para a teoria social será a de tratar as questões de localidade e região, dois conceitos mantidos afastados durante muito tempo (Paasi, 1991), cada uma como apoio da outra. Ao observar, etnograficamente, as práticas

e experiências localizadas, vida institucional e estruturas sociais, embora mantendo um olhar (tal como os próprios aldeões) fixo no exterior, espero ser capaz de mostrar que as comunidades produzem os seus significados «no local», ao mesmo tempo que produzem um nível de realidade sócio-espacial, também significativa para elas e que opera entre a aldeia e a nação-Estado: a região. Penso que o meu trabalho pode encontrar uma ponte entre diferentes tratamentos de região que se concentram na interacção social, economia política, sistemas simbólicos ou instituições especificamente etnográficas, questionando como é que estas diferentes estruturas são levadas a cabo e vividas no quotidiano. O meu trabalho, ao dar uma atenção cuidadosa a assuntos de espacialidade importantes para a geografia, também pode contribuir para uma prática teórica antropológica que é quase sempre resolutamente ancorada no lugar, mas, muitas vezes, dando tanta importância ao local que não consegue olhar para questões de região e localidade como uma forma de localizar pessoas que, por seu turno, estão geralmente atarefadas a localizar-se a si próprias no curso de acções em que cooperam com, competem com, exploram, resistem a e fazem sentido umas com as outras. O meu trabalho poderá contribuir para a literatura etnográfica sobre Portugal, mostrando como é que as realidades do Alto Douro se ligam com as que são geralmente tratadas como as áreas mais camponesas, quer a Norte, quer a Sul. Esta relação desenvolve-se, a meu ver, através do próprio conceito de região, sobre o qual Pina-Cabral muito perspicazmente escreveu, mas sobre o qual quase toda a outra literatura científica social em Portugal (não diferente da do resto do mundo) não é antropológica, mas histórica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDENER, Shirley, *Women and social space: Ground rules and social maps*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1981.
- BARRETO, António, *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*, «Análise Social», XXIV (1), 1988, pp. 373-390.
- BESTEMAN, Catherine, *Economic strategies of farming households in Penabranca, Portugal*, «Economic Development and Cultural Change», 38 (1), 1989, pp. 129-143.
- BHASKAR, Roy, *The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences*, Hassocks, Sussex, Harvester Press, 1979.
- BLACK, Richard, *Crisis and change in rural Europe: Agricultural development in the Portuguese mountains*, Aldershot, Avebury, 1992.
- BOUQUET, Mary, *The differential integration of the rural family*, «Sociologia Ruralis», XXIV, 1984, pp. 65-77.
- BOURDIEU, Pierre, *Outline of a theory of practice*, Cambridge, England, Cambridge University Press, 1977.
- BOWLBY, Sophie, LEWIS, Jane, MC DOWELL, Linda, e FOORD, Jo, *The geography of gender*, in PEET, Richard, e THRIFT, Nigel, eds., *New models in geography: The political economy perspective*, Londres, Unwin Hyman, 1989, pp. 157-175.
- BRETTELL, Caroline, *Emigration and its implications for the revolution in northern Portugal*, in GRAHAM, Lawrence S., e MAKLER, Harry M., eds., *Contemporary Portugal: The Revolution and its consequences*, Austin, University of Texas Press, 1979, pp. 281-298.
- BRETTELL, Caroline, *Men who migrate, women who wait: Population and history in a Portuguese parish*, Princeton, Princeton University Press, 1986.
- BRETTELL, Caroline, *The priest and his people: The contractual basis for religious practice in rural Portugal*, in BADONE, Ellen, ed., *Religious orthodoxy and popular faith in European society*, Princeton, Princeton University Press, 1990, pp. 55-75.
- BRETTELL, Caroline, *The emigrant, the nation, and the state in nineteenth and twentieth century in Portugal*, «Portuguese Studies Review», 2 (2), 1993, pp. 51-65.
- BRITO, Joaquim Pais de, *A aldeia, as casas: Organização comunitária e reprodução numa aldeia transmontana (Rio de Onor)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1989.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Agrarian structures and recent rural movements in Portugal*, «Journal of peasant studies», 5 (4), 1978, pp. 415-445.
- CALLIER-BOISVERT, C., *Soajo – Une communauté féminine rurale de l'Alto Minho*, «Buletin des Études Portugaises», 27, 1966, pp. 237-278.
- CEPEDA, Francisco José Terroso, *O regresso dos emigrantes ao nordeste interior português e o seu contributo para o desenvolvimento da região*, «Brigantia», XI (1-2), 1991, pp. 3-31.
- CLIFFORD, James, *Travelling cultures*, in GROSSBERG, Lawrence, NELSON, Cary, e TREICHER, Paula, eds., *Cultural studies*, Nova Iorque, Routledge, 1992, pp. 96-116.
- COLE, Sally, *Women of the praia: Work and lives in a Portuguese coastal community*, Princeton, University of Princeton Press, 1991.
- COOKE, Philip, *Locality, structure and agency*, «Cultural Anthropology», 5 (1), 1990, pp. 3-15.

- DIAS, Jorge, *Rio de Onor – Comunitarismo agro-pastoril*, Porto, IAC/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1953.
- DUNCAN, Simon, *What is locality?*, in PEET, Richard, e THRIFT, Nigel, eds., *New models in geography: The political-economy perspective*, Londres, Unwin Hyman, 1989, pp. 221-252.
- ELLEN, Roy, *Persistence and change in the relationship between anthropology and human geography*, «Progress in Human Geography», 12, 1988, pp. 229-262.
- ENJALBERT, Henri, *Un vignoble de renommée mondiale. L'Alto Douro. Les vins de Porto*, «Cahiers d'Outre Mer», II (8), 1949, pp. 289-312.
- FERRÃO, João, e JENSEN-BUTLER, Chris, *Industrial development in Portuguese regions during the 1970s*, «Tijdschrift voor Econ. e Soc. Geografie», 77, 1986, pp. 132-148.
- FINAN, Timothy J., FOX, Roger W., e LANGWORTHY, Mark, *State intervention and the distribution of income in rural Portugal*, in LITTLEFIELD, Alice, e GATES, Hill, eds., *Marxist approaches in economic anthropology*, Lanham, University Press of America, 1991, pp. 187-200.
- GASPAR, Jorge, e JENSEN-BUTLER, Chris, *Social, economic and cultural transformations in the Portuguese urban system*, «International Journal of Urban and Regional Research», 16 (3), 1992, pp. 442-461.
- GIDDENS, Anthony, *Central problems in social theory: Action, structure and contradiction in social analyses*, Berkeley, University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony, *A contemporary critique of historical materialism*, Londres: Macmillan, 1981.
- GILBERT, Anne, *The new regional geography in English and French-speaking countries*, «Progress in Human Geography», 12, 1988, pp. 208-228.
- GREGORY, Derek, *Geographical imaginations*, Cambridge, MA, Blacwell, 1994.
- GUICHARD, François, e ROUDIÉ, Philippe, *Vins, vigneronns et coopérateurs de Bordeaux et de Porto*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1985.
- GUPTA, Akhil, e FERGUSON, *Beyond «Culture»: Space, identity and the politics of difference*, «Cultural Anthropology», 7 (1), 1992, pp. 6-23.
- HALLEY, Ned, *Sandeman: Two hundred years of Port and Sherry*, Londres, The House of Sandeman, 1990.
- HARVEY, David, *The geopolitics of capitalism*, in URRY, J., e GREGORY, D., eds., *Social relations and spatial structures*, Londres, Macmillan, 1985, pp. 126-163.
- INGERSON, Alice, *The textile industry and working classe culture*, in BERGQUIST, Charles, ed., *Labor in the capitalist world-economy*, Beverly Hills, Sage Publications, 1984, pp. 217-242.
- JACKSON, P., *Mapping meanings: A cultural critique of locality studies*, «Environment and Planning», A, 1991, pp. 215-228.
- KEARNEY, Michael, *Borders and boundaries of state and self at the end of the Empire*, «Journal of Historical Sociology», 4 (1), 1991, pp. 52-74.
- LEEDS, Anthony, *Work, labor and their recompenses: Portuguese life strategies involving «migration»*, in BUECHLER, H. C., e BUECHLER, J-M., eds., *Migrants in Europe: The role of family, labor, and politics*, Nova Iorque, Greenwood Press, 1987, pp. 9-59.
- LEMA, Paula Bordalo, *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1980.

- LEWIS, George H., *The Maine Lobster as regional icon: Competing images over time and social class*, «Food and Foodways», 3 (4), 1989, pp. 303-316.
- LEWIS, Martin W., *Elusive societies: A regional-cartographical approach to the study of human relatedness*, «Annals of the Association of American Geographers», 81 (4), 1991, pp. 303-316.
- LIDDELL, Alex, e PRICE, Janet, *Port wine and quintas of the Douro*, Londres, Sotheby's Publications, 1992.
- LIPIETZ, Alain, *The local and the global: Regional individuality or interregionalism?*, «Transactions of the Institute of British Geographers», (N.S.), 18, 1993, pp. 8-18.
- LIPUMA, Edward, e MELTZOFF, Sarah Keene, *Toward a theory of culture and class: An Iberian example*, «American Ethnologist», 16 (2), 1989, pp. 313-334.
- LOMNITZ-ADLER, Claudio, *Concepts for the study of regional culture*, «American Ethnologist», 18 (2), 1991, pp. 195-214.
- MARTINS, Conceição Andrade, *Os ciclos do vinho do Porto: Ensaio de periodização*, «Análise Social», XXIV (1), 1988, pp. 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade, *Memória do vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1990.
- MASSEY, Doreen, *In what sense a regional problem?*, «Regional Studies», 13, 1979, pp. 233-243.
- MEDEIROS, Fernando, *Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34*, «Análise Social», XXIII (95), 1987, pp. 97-116.
- MUNN, Nancy D., *Constructing regional worlds in experience: Kula exchange, witchcraft and Gawan local events*, «Man», (N.S.), 25, 1990, pp. 1-17.
- MURPHY, Alexander B., *Regions as social constructs: The gap between theory and practice*, «Progress in Human Geography», 15 (1), 1991, pp. 22-35.
- O'NEILL, Brian Juan, *Social inequality in a Portuguese hamlet: Land, late marriage, and bastardy, 1870-1978*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- O'NEILL, Brian Juan, *Espaços sociais e grupos sociais no nordeste transmontano*, in O'NEILL, Brian Juan, e BRITO, Joaquim Pais de, eds., *Lugares de aqui*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 141-166.
- PAASI, Anssi, *Deconstructing regions: Notes on the scales of spatial*, «Environment and Planning», A (23), 1991, pp. 239-256.
- PAASI, Anssi, *The institutionalization of regions: A theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity*, «Fennia», 164 (1), 1986, pp. 105-146.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *A produção de um espaço regional – o Alto Douro no tempo da filoxera*, «Revista da Faculdade de Letras – História», VI, Porto, FLUP, 1989, pp. 311-353.
- PINA-CABRAL, João de, *Female power and the inequality of wealth and motherhood in north-western Portugal*, in HIRSCHON, Renée, ed., *Women and property – women as property*, Londres, Croom Helm, 1984.
- PINA-CABRAL, João de, *Sons of Adam, daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986.
- PINA-CABRAL, João de, *Paved roads and enchanted moorlands: The perception of the past among the peasant population of the Alto Minho*, «Man», (N.S.) 22, 1987, pp. 715-735.

- PINA-CABRAL, João de, *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- PINA-CABRAL, João de, *Family and neighborhood in Portugal today*, in HERR, Richard, ed., *The new Portugal: Democracy and Europe*, University of California, Berkeley, International and Area Studies, 1992, pp. 181-197.
- PRED, Allan, *Lost worlds and lost worlds: Modernity and the language of everyday life in late-nineteenth century in Stockholm*, Cambridge, University Press, 1989.
- PUDUP, M. B., *Arguments within regional geography*, «Progress in human geography», 12, 1988, pp. 369-390.
- REIS, Manuela, e NAVE, Joaquim Gil, *Emigrating peasants and returning emigrants: Emigration with return in a Portuguese village*, «Sociologia Ruralis», XXVI, 1986, pp. 20-35.
- ROSEBERRY, William, *Anthropologies and histories: Essays in culture, history, and political economy*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: The case of Portugal*, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, n°23, 1991.
- SAYER, Andrew, *The «new» regional geography and problems of narrative*, «Environment and Planning D: Society and Space», (7), 1989, pp. 253-276.
- SCOTT, A. J., *Flexible production systems and regional development: The rise of new industrial spaces in North America and Western Europe*, «International Journal of Urban and Regional Research», 12, 1988, pp. 171-185.
- SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I: A-D, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963.
- SMITH, Carol, «Regional Analysis», 2 vols., Nova Iorque, Academic Press, 1976.
- SOJA, E. W., *Regions in context: Spatiality, peridocity, and the historical geography of the regional question*, «Environment and Planning D: Society and Space», (3), 1985, pp. 175-190.
- SOJA, Edward, *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*, Londres, Verso, 1989.
- SOUSA, Fernando de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Alto Douro: Douro Superior*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- STANISLAWSKI, Dan, *Landscapes of Bacchus*, Austin, University of Texas Press, 1970.
- TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra, 1932.
- THOMPSON, Edward P., *The making of the English working class*, Londres, Weidenfel and Nicolson, 1963.
- THRIFT, Nigel, *On the determination of social action in space and time*, «Environment and Planning D: Society and Space», (1), 1983, pp. 23-57.
- TUAN, Yi-Fu, *Space and place: The perspective of experience*, Londres, Edward Arnold, 1977.
- VALÉRIO, Nuno, *Local economies and the world-economy: Nineteenth-century in Trás-os-Montes*, «Review», XVI (1), 1993, pp. 35-56.
- WILLIS, Paul, *Cultural production is different from cultural reproduction is different from social reproduction is different from reproduction*, «Interchange», 12 (2-3), 1981, pp. 48-67.
- WILSON, Thomas M. e SMITH, M. Estellie, eds., *Cultural change and the new Europe: Perspectives on the European Community*, Boulder, Colorado, Westview Press, 1993.

